

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JOÃO CARLOS DE FREITAS BORGES

A PIAUIENSIDADE ENTRE SUTURAS E FISSURAS: um estudo sobre o
nascimento de uma identidade indesejada.

Parnaíba - PI 2011

Biblioteca UESPI - PHB
Registro Nº M781
CDD 981.22
CUTTER B732P
V _____ EX. 01
Data 05 107 112
Visto VAP 2011

JOÃO CARLOS DE FREITAS BORGES

A PIAUIENSIDADE ENTRE SUTURAS E FISSURAS: um estudo sobre o
nascimento de uma identidade indesejada.

Monografia apresentada à Universidade
Estadual do Piauí como um dos pré-requisitos
para a conclusão do curso de Licenciatura
Plena em História, sob a orientação do prof.
M.s. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior

Parnaíba – PI
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO BIBLIOTECÁRIO
HERNANDES ANDRADE SILVA CRB-3/936

B732p Borges, João Carlos de Freitas

A Piauiensidade entre suturas e fissuras: um estudo sobre o nascimento de uma identidade indesejada / João Carlos de Freitas Borges. – Parnaíba, 2011.

69 f. : il.

Monografia apresentada como um dos pré-requisitos para a conclusão do curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, 2011.

Orientador: Prof. Msc. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior.

1. Piauí – História. 2. Identidade Cultural – Piauí.

I. Título.

CDD – 981.22

JOÃO CARLOS DE FREITAS BORGES

A PIAUIENSIDADE ENTRE SUTURAS E FISSURAS: um estudo sobre o
nascimento de uma identidade indesejada.

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como exigência parcial para a conclusão do
curso de Licenciatura Plena em História, à
banca examinadora da Universidade Estadual
do Piauí.

Aprovada em ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. M.s. Idelmar Gomes Cavalcante Júnior (Orientador)

Prof. M.s. Cleto Sandys do Nascimento Sousa

Prof. Esp. Sérgio Luiz da Silva Mendes

Dedico a minha família, pelo apoio incondicional; a meus colegas do curso de História, pelo acompanhamento diário e, sobretudo a Deus, incentivador espiritual que a todo o momento, esteve comigo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.....

A meus pais, João (Seu Pelé) e Rosilda (Dona Rosidélia), por acreditarem que sou bem melhor do que eu realmente sou.....

Ao meu irmão Artur, pelo apoio mesmo à distância.....

À Joyce e à Jaqueline, pela eterna amizade.....

À família Carlitu's, por ter me ensinado a difícil arte de transformar peixada em Xerox.....

À UESPI, por ter sido um segundo lar.....

Aos colegas e professores do curso de História, por me aturarem.....

Ao Idelmar, pela confiança, pela paciência, pelos ensinamentos e acima de tudo pela amizade.....

*“Cada um de nós compõe a sua História,
cada ser em si carrega o dom de ser capaz
de ser feliz”*

Renato Teixeira

RESUMO

Este trabalho reflete sobre a constituição histórica da Piauiensidade. Amparado teoricamente pela arqueogenealogia foucaultiana, pensando esta piauiensidade como uma construção imagético-discursiva, esta pesquisa tem por objetivo entender o que possibilitou a cristalização de imagens pejorativas que acabaram colocando o Piauí como sendo o espaço da miséria, do atraso e da ignorância. Fazendo uma incursão por discursos historiográficos e literários dos séculos XIX e XX, o que fazemos nas páginas que se seguem é a construção e a análise de uma espécie de roteiro enunciativo a partir do qual se percebeu a emergência de uma Piauiensidade indesejada.

PALAVRAS-CHAVE: História. Piauiensidade. Identidade. Discurso.

ABSTRACT

This Work reflects about the historical constitution of the “Piauiensidade”. Supported by theoretically of archeology and genealogical of the philosopher Foucault, thinking about “Piauiensidade” as a building of imagetic discursive, The objective of the search is understand what possibilities the crystallization of images that became the state of Piauí like this space of misery, backwardness and a ignorance society. Making a speech between graphics historical and literary in century XIX and XX, We have made in as follow pages are the building and the analysis of a kind of itinerary enunciate that notices the emergency of an undesirable “Piauiensidade”.

KEY WORDS: History. Piauiensidade. Identity. Speech.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Brasil sem o Piauí.....	58
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGB	Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
CEDEG	Centro de Estudos e debates do Gurguéia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	TERRITÓRIO, MEMÓRIA E DISCURSO: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A PIAUIENSIDADE.....	17
	2.1 Identidade: um conceito em construção.....	19
	2.1.1 Território e Identidade.....	22
	2.1.2 Memória e Identidade.....	25
3	SELECIONANDO MEMÓRIAS E CONSTRUINDO HERÓIS: AS NARRATIVAS INICIAIS DA PIAUIENSIDADE.....	27
	3.1 O IHGB e a invenção da nação brasileira.....	29
	3.2 A produção historiográfica piauiense e a invenção da piauiensidade.....	35
4	A PIAUIENSIDADE DISSECADA: A FOME, A MISÉRIA E A SECA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PIAUIENSE.....	41
	4.1 Abdias Neves: <i>O piauiense e Um manicaca</i>	44
	4.2 Assis Brasil e <i>O Salto do Cavalo Cobridor</i>	48
	4.3 Outras Histórias, o mesmo Piauí.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
	FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	62
	ANEXOS.....	68

1 INTRODUÇÃO

Há alguns anos o piauiense vem sendo alvo de um esforço sistemático que visa, particularmente, a elevação de sua auto-estima. Tal esforço parece ter sido uma das principais pautas do último governo do estado (Wellington Dias, 2002-2010), mas também se apresenta de forma dispersa, como dispositivo constituinte de discursos proferidos por artistas, pela imprensa e por intelectuais preocupados com o tema. E na sua forma comum, se manifesta, prioritariamente, de forma ufanista produzindo imagens exageradas que beiram, no limite, o mau-gosto, como é o caso de algumas iniciativas de personalidades públicas que divulgam sem nenhum constrangimento a idéia de que tudo o que é piauiense é melhor.

Assim, seja a partir de slogans governamentais tais como “Piauí, é feliz quem vive aqui” ou a partir de afirmações com bases históricas do tipo “o Piauí é o berço do Homem americano”, representações otimistas são difundidas acriticamente visando a mudança de atitude dos piauienses que, diante, de um pretense passado glorioso e de um possível presente repleto de oportunidades, só teriam razões para se orgulhar de sua terra e de suas tradições.

No entanto, o que se observa no cotidiano é que, saturados por essa recente campanha ufanista, os piauienses acabam construindo uma imperfeita identificação com o seu estado, capaz de gerar, na maioria das vezes, uma vaga noção sobre qual seria a identidade piauiense. No máximo, conseguem repetir orgulhosos que vivem na terra onde nasceu um poeta como Torquato Neto ou um político como Petrônio Portela; onde ocorreu a Batalha do Jenipapo ou, ainda, onde nossos primevos, acerca de 48.000 anos, deixaram importantes marcas sobre o passado do Homem americano. Esse orgulho, no entanto, não se tornou ainda celebração, é apenas palavra.

Além disso, poderíamos também mencionar a pouca paixão que gera a possibilidade da divisão do Estado, como se o piauiense médio não se importasse com a criação do Estado do Gurguéia, projeto político de alguns parlamentares do sul piauiense. Essa circunstância também atesta o desapego que o Piauí dedica a sua identidade, sobretudo, quando tomamos conhecimento de que na concepção do projeto as implicações econômicas são colocadas acima das culturais, deixando-se na obscuridade as questões identitárias. O Estado do Gurguéia se constituiu, assim, como um signo do desapego e até mesmo do desconhecimento do povo em relação às questões culturais. Desde a década de 1990 parlamentares e outros políticos piauienses liderados por Jesualdo Cavalcante, à época deputado federal, se mobilizam para a separação do Estado. Para isso, estes políticos vêm se utilizando de um

discurso ufanista, que tenta inventar uma tradição¹ que legitime tal separação. Em 18 de novembro de 2005 foi fundado o CEDEG (Centro de Estudos e Debates do Gurguéia) sob a presidência de Jesualdo Cavalcante. O centro tinha e ainda hoje tem o objetivo de difundir os ideais separatistas no Piauí através da fala de autoridades e da afirmação de uma suposta história que legitime a fundação do novo Estado. Vejamos como o CEDEG, através de uma página na internet, tenta inventar sua tradição²:

Conta a crônica histórica que, em meados do século XVII, fazendeiros do Vale do Rio São Francisco penetraram os então desconhecidos “Sertões de Dentro do Piagohy” e após baterem as várias nações nativas que o habitavam, iniciaram a instalação de currais de criação de gado. Começava assim o Piauí pelos sertões do sul, tanto que eram localizadas nessa região, precisamente no vale do rio Gurguéia, as primeiras concessões de terras (sesmarias) para a exploração da atividade agropastoril. Por volta de 1676. Na trilha do boi, os fazendeiros foram ocupando os vales úmidos do Paraim, Gurguéia, Piauí e Canindé, neste fundando Oeiras, a primeira capital. Só após percorrerem quase 1.500 km, é que alcançaram o mar. A tempo, porém, de conquistar alguns quilômetros de litoral. O acesso ao mar, através do rio Parnaíba, favoreceu o desenvolvimento do comércio e da indústria no norte, que passou a ser o centro das decisões políticas, sobretudo a partir da mudança da capital, em 1852, de Oeiras para Teresina, ainda mais distante do extremo sul (cerca de 1000 km). A atividade Agropastoril, que se tornara, por quase duzentos anos, o sustentáculo da economia do Piauí, entrou em colapso, provocando o empobrecimento do sul, a despeito de suas reconhecidas potencialidades. Tal situação tem gerado profundas apreensões em todos os setores da sociedade piauiense, daí resultando uma febril busca de soluções, dentre as quais, ganha corpo a via da emancipação política. Para a surpresa de alguns, o movimento pela emancipação teve origem historicamente no norte do Piauí, como forma de incorporar a região sulina ao processo de desenvolvimento do Estado. Com efeito, o próprio fundador de Teresina, o Conselheiro José Antônio Saraiva, considerava em 1850 uma necessidade palpitante, face às distâncias e dificuldades existentes, aqueles sertões serem desmembrados do Piauí. Por isso mesmo, o senador barrense Joaquim Pires Ferreira, em 1950, exortava: “Façamos a independência do sul do Estado em benefício do próprio Estado”, idéia retomada pelo jornalista José Fernandes do Rego, seu conterrâneo. Que defendeu, em 1954, a transformação daquela região em Território Federal. O senador parnaibano Chagas Rodrigues sugeriu em 1987, a criação do Estado do Piauí do Sul. Coube ao deputado correntino Jesualdo Cavalcante, em 1990, levar o debate para o congresso nacional ao levar a proposta de criação do Estado do Gurguéia. Posteriormente consubstanciada pelo deputado Paes Landim, filho de São João do Piauí, no projeto de decreto legislativo Nº 439, de 1994, que dispõe sobre a realização do respectivo plebiscito, atualmente em tramitação no Congresso Nacional. Esse projeto, aperfeiçoado através de substitutivo apresentado pelo deputado guardalupense Júlio César de Carvalho Lima, seu

¹ Sobre invenção de tradições ver: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

² Vide anexos.

relator, já foi aprovado em três comissões técnicas da Câmara dos Deputados e tem merecido apoio majoritário da bancada federal piauiense dos diversos partidos. Resta aprovação pelo plenário da Câmara para ser submetido à apreciação do Senado. Mas, visando abreviar a tramitação, o Senador Piauiense João Vicente Claudino já apresentou no Senado, decreto legislativo (SF) Nº 55, de 2007, dispondo sobre o mesmo plebiscito. Para realizar pesquisas sobre os impactos sociais, culturais, históricos, geográficos, econômicos, financeiros e administrativos de correntes da emancipação, bem como estudar e debater sua viabilidade, foi criado em 18 de novembro de 2005, o Centro de Estudos e Debates do Gurguéia (Cedeg), composto de pessoas interessadas no assunto, independentemente de sua filiação político partidária, ideológica ou religiosa. (site: www.cedeg.org.br)

Observando a citação, percebe-se o forte teor ideológico que ela possui. Em todo momento se fala de como o sul foi prejudicado no processo de formação do território piauiense. O CEDEG tenta embasar e justificar a suposta divisão, em falas autorizadas, como as de Conselheiro Saraiva, presidente³ responsável pela transferência da capital de Oeiras para Teresina, Chagas Rodrigues, entre outros. Através deste tipo de discurso tenta-se legitimar a criação do Estado de Gurguéia como algo fundamental e necessário para o desenvolvimento do Piauí, tentando jogar de lado qualquer interpretação que possa ver a separação como fruto de meros interesses políticos. É interessante observar como em nenhum momento se fala em uma cultura propriamente dita ou mesmo em um povo piauiense que se separaria com a emancipação.

E quando olhamos para a sociedade é mais perceptível ainda o descaso com a questão cultural. Separar o Piauí ao meio e criar um novo Estado, aparentemente não incomoda muita gente. Na verdade os únicos que se manifestam sobre a questão são os grupos que vêem na separação um risco ao seu poderio. Apesar de a palavra cultura ser citada no texto, em nenhum local da página existe discussões em torno da questão cultural. Para pensar um caso peculiar de emancipação, onde os fatores identitários e culturais estão presentes, é só lembrar a separação da cidade de Niterói da cidade do Rio de Janeiro. Caso onde houve imensa resistência por parte da população. Tamanha a força que o sentimento de pertença a aquele território e àquela cultura exercia sobre seus habitantes. Não se vê a cultura piauiense como um fator que realmente tenha relevância para o desenvolvimento do Estado, ou mesmo um elemento que pese em decisões como a da criação do novo Estado.

✦ Analisando estes fatos/problemas, o que se observa no Piauí, atualmente, é que as questões relacionadas à identidade piauiense estão sendo regularmente discutidas, mas de uma

³ Denominação dada aos líderes do executivo estadual durante o período.

forma superficial e extremamente naturalizada, como se para ser um “piauiense” bastasse nascer no Piauí e decorar fatos históricos e os nomes de algumas personalidades piauienses. Não se tem, portanto, a percepção de que a identidade é uma construção cultural e que como tal a “piauiensidade” é algo que se constitui ao longo da história. É algo que se molda desde que se chocaram a cultura européia, a indígena e a negra nas terras localizadas entre um rio que mais tarde se chamaria “Parnaíba” e uma serra que veio a se chamar “Tbiapaba”. Em outras palavras não se tem noção do que é pertencer à cultura piauiense e conseqüentemente do que é ser piauiense.

Além disso, o Piauí vem sendo alvo de discursos depreciativos de sua imagem, fator que potencializa ainda mais o processo de desreferencialização vivido pelo povo piauiense. E discursos que incomodam, como por exemplo, o de uma humorista piauiense⁴ que no programa Jô Soares, da Rede Globo, disse que “quem nasce no Piauí, é pior pra quem nasce”. Ou de um ator carioca⁵ que disse a seus seguidores em uma famosa rede social que “estou em Teresina no Piauí. Se é que o mundo tem um [...] o [...] do mundo é aqui!!!”.

Geralmente, quando se fala em Piauí, associa-se à palavra uma série de imagens: a pobreza, a seca, a fome, a corrupção e o atraso. Mas esses tipos de imagens não foram associados somente ao Piauí. O Nordeste como um todo já havia sido alvo deste tipo de associação. Durval Muniz de Albuquerque Júnior observa em seu livro *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*, resultado de sua tese de Doutorado, que essa imagem foi construída para o Nordeste, a partir de 1910, quando oligarcas e latifundiários inconformados com o abandono do Governo Federal, que agora tinha os olhos voltados para o café *sudestino*, usam o discurso da seca, da fome e da miséria para justificar clamores por verba. A partir daí uma densa camada de discursos (das artes plásticas, da música, da literatura e até mesmo do cinema) emergem e constituem uma verdade para o Nordeste. A verdade do nordeste seco, pobre e miserável.

A seca, a fome e a miséria foram entendidas como sendo as únicas verdades possíveis para o Nordeste. Mas se observarmos atualmente, quando se fala em Bahia, ou em

⁴ A humorista em questão é Dadá Coelho. Piauiense, natural da cidade de Floriano, e formada em jornalismo na Universidade Federal do Maranhão, e desde o início da primeira década deste século, vêm produzindo peças teatrais de circulação nacional e atuando na produção de diversos programas da Rede Globo. A fala em questão se sucedeu em entrevista exibida em rede nacional no dia 22 de outubro de 2009.

⁵ O ator citado é Marauê Carneiro, que se encontrava em Teresina, onde estrearia uma peça no dia 23 de março deste ano, no teatro da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí. A mensagem foi postada no micro blog Facebook um dia antes de sua estréia, no dia 24, e causou muita insatisfação entre os fãs piauienses do ator, que exigiram do poder público uma atitude. Em resposta aos anseios do público insatisfeito, a assembléia legislativa do Estado acabou cancelando a apresentação do grupo de teatro do qual fazia parte o ator. Vide anexos.

Pernambuco, só pra citar dois dos estados nordestinos, já não se associa tão fortemente estes significantes a tais preceitos depreciativos. É o Pernambuco do Frevo, das belas praias, de Olinda e de Recife, dos estaleiros e da riqueza. É a Bahia do Pelourinho, do Axé, do Carnaval, de Ivete Sangalo e de Chiclete com Banana. Bahia do Acarajé de Caetano e de tantos outros... São signos que já não permitem que, sobre estes estados, se projetem idéias tão pejorativas. Discursos que já estão em processo de superação dos anteriores. Camadas discursivas que se sobrepõem às demais e que constituem gradualmente uma nova dizi/visibilidade para estes Estados. Nesse sentido, Como o Piauí chegou a ser o que é? Porque hoje não percebemos imagens que superem as da seca, da pobreza e do atraso, produzidas a partir de 1910? Com certeza não foi pela ausência de discursos que dissessem o contrário.

Entre a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX, um grupo de intelectuais e literatos inventou uma identidade piauiense cheia de heróis e símbolos, aos moldes da feita para a recém-nascida nação brasileira. O fato é que ela não vingou. A pergunta que se faz a partir de agora é por que essa identidade não foi consumida. Em outras palavras, se um grupo de intelectuais, entre o fim do século XIX e o início do século XX, construiu discursivamente uma comunidade imaginada piauiense, **o que possibilita, hoje, o predomínio e o consumo de imagens depreciativas deste Estado como sendo verdades prontas e absolutas sobre ele, e a consequente ausência de uma noção sólida e estável de pertencimento?** Essa pergunta só pode ser respondida se considerarmos o discurso enquanto elemento que produz o real. Antes de qualquer incursão em busca deste “discurso identitário piauiense” torna-se necessário deixar claro que posicionamento teórico norteia o trato da problemática.

Neste trabalho, analisamos a piauiensidade como uma construção imagético-discursiva. Aqui ela é entendida como um objeto que se constituiu ao passar do tempo a partir de inúmeros discursos sejam eles governamentais, literários, historiográficos ou artísticos. Assim, o que fazemos nas páginas que seguem é procurar os rastros enunciativos que acabaram, ao longo do tempo, construindo representações da piauiensidade que ocasionaram a dispersão e o afastamento dos sujeitos de um possível sentimento de pertença à cultura piauiense.

Embora tenhamos por base as idéias do filósofo e historiador Michel Foucault, a consciência do caráter genealógico dos objetos, não fazemos, neste trabalho, um estudo aos

moldes do feito por Durval Muniz de Albuquerque Júnior⁶, ou mesmo por Edwar de Alencar Castelo Branco⁷. Em função das limitações impostas pelo trabalho monográfico, não analisamos o discurso na profundidade devida, como os historiadores citados fazem. O que fazemos aqui é propor um caminho, um rastro enunciativo à partir do qual um caráter dispersivo da piauiensidade foi se constituindo. Para a realização deste trabalho são utilizadas algumas edições da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, além de obras historiográficas e literárias piauienses dos séculos XIX e XX. É nessas obras que procuramos rastros enunciativos da piauiensidade.

No primeiro capítulo fazemos uma discussão em torno dos referenciais teóricos que norteiam esta pesquisa. A arqueogenealogia foucaultiana, as concepções de território de Haesbaert, e de Bossé, bem como as noções de memória presentes em Pollak e Halbwachs, são apresentados como elementos que possibilitam um melhor entendimento da problemática.

No segundo capítulo apresentamos os caminhos primeiros a partir do qual a piauiensidade começou a se forjar. Neste capítulo, apresentamos parte da produção historiográfica piauiense dos séculos XIX e XX, como os elementos que, em um primeiro momento, foram responsáveis pelo estabelecimento de uma dizi/vizibilidade para o Estado.

No terceiro e último Capítulo, analisamos como a literatura piauiense do século XX, pode ser pensada como um veículo enunciativo das representações da cultura piauiense, que acabaram cristalizando imagens depreciativas do Estado, sendo, portanto, responsáveis em parte, pelo afastamento dos sujeitos, da cultura piauiense. Em outras palavras, procuramos evidenciar como a produção literária piauiense do século XX serviu de instrumento de divulgação de uma piauiensidade que ao invés de unificar os sujeitos, acabou ocasionando a sua dispersão.

⁶ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 3ª Ed. Recife: Edições Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

⁷ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005

2 TERRITÓRIO, MEMÓRIA E DISCURSO: TRAMAS CONCEITUAIS PARA PENSAR A PIAUIENSIDADE

Desde a década de 1960 a história, que antes se debruçava especificamente sobre a política, passa a lançar vista sobre o horizonte social. E. H. Carr ressalta em sua obra *Que é História?* (CARR, 1965) o quanto é inegável a relevância da história para a Sociologia e da Sociologia para a História. A partir deste período inicia-se um crescimento vertiginoso da produção dentro dos parâmetros da chamada história Social, fruto da influência direta do marxismo e da Escola dos Annales. A chamada História vista de baixo, de viés marxista, se tornou objeto para muitos jovens historiadores da época, como E. P. Thompson que escreve sobre a formação da classe operária inglesa, ou Albert Soboul interessado no estudo social dos *sans-culottes* parisienses. Segundo Lynn Hunt, na apresentação de seu livro *A Nova História Cultural*:

[...] Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970, abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres grupos étnicos e congêneres. (HUNT, 2001, p.2)

Embora o modelo da história social tenha se firmado como um excelente substituto à história política, no lugar de favorita dos historiadores, seu modelo de escrita não resiste às mudanças sociais, políticas e ideológicas que começaram na década de 1960 e que acabaram culminando com a queda do muro de Berlim e com a subsequente derrocada do socialismo. Dessa forma, nos últimos anos os próprios modelos de explicação que contribuíram para a ascensão da história social, passaram por uma importante mudança de ênfase, a partir do interesse cada vez maior, tanto dos marxistas quanto dos adeptos dos Annales, pela história cultural. Segundo Pesavento:

[...] os historiadores franceses dos Annales e historiadores ingleses neomarxistas trabalhavam, do final dos anos 1960 aos anos 80, com uma história social que avançava para os domínios do cultural, buscando ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, idéias e conceitos sobre o mundo. Mesmo que seus membros marxistas permanecessem marxistas e que seus integrantes da Nova História, herdeira dos Annales, não se definisse teoricamente, era possível distinguir algumas preocupações comuns que perpassavam o trabalho dos historiadores. (2008, p.32)

Sandra Jatahy Pesavento (2008) exemplifica o estado de crise em que se encontrava a história, ressaltando, contudo, a explícita comunhão entre os historiadores, no que diz respeito a temas e focos de análise. Entre as décadas de 1960 e 1980, os historiadores das mais diversas filiações teóricas passavam por uma espécie de desvio de conduta, que direcionava gradualmente suas pesquisas a uma abordagem cultural. E o mais surpreendente exemplo desse desvio é o seu crescente interesse pela linguagem. Uma das grandes novidades dessa nova história, em especial do ramo atrelado à lingüística, está no fato de que, ao invés de se preocupar com o fato, como elemento objetivo, capaz de ser decifrado, e com as relações entre os sujeitos, os fatos e o social (como era feito pela história social), põe em cheque o próprio estatuto de verdade dos fatos e das fontes, caracterizando-os como produtos da linguagem. Em outras palavras, a partir da história cultural, e do seu entrelaçamento com a linguagem, passa-se a pensar os fatos, o passado e até mesmo os sentimentos, como elementos que só existem a partir de uma intervenção da linguagem, que os inventa, os dá um sentido e um estatuto de verdade puro e aparentemente inabalável. É nesse contexto que trabalhos como o do historiador e filósofo francês Michel Foucault se destacam.

—Em sua aula inaugural no Collège de France⁸, Michel Foucault dizia supor que em toda sociedade a produção de discursos estava controlada por procedimentos de classificação, avaliação, divisão, separação e limites⁹. Uma cultura se instalava pela partilha e atribuição de significados e o que cabia estudar era justamente o jogo de elaboração dos discursos, constitutivos daquilo que se chamaria de real. Com isso, Michel Foucault punha em xeque o próprio princípio que embasava a história social: o que devia ser estudado era a realidade. Ora, para Foucault não haveria separação entre texto e contexto, e aquilo que se convencionava chamar de real era dado por objetos discursivos, fixados historicamente pelos homens. Influenciado visivelmente pela genealogia Nietzscheana, Foucault desconfiava do caráter natural dos fatos, pensando que as essências, ou as verdades essenciais das coisas não passam de construções. Como nos disse Paul Veyne, Foucault revolucionou a História¹⁰. †

A perspectiva teórica que orienta este trabalho é tributária de todo um esforço teórico-metodológico que se inicia com a publicação de *A história da loucura* (FOUCAULT, 2005), livro que marca o início das análises arqueológicas de Michel Foucault. Análises fundamentais a autores mais próximos de nós, como o já citado Durval Muniz e Edwar

⁸ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Coleção História e... Reflexões 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

¹⁰ Sobre a importância das análises foucaultianas para a História ver: VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault Revoluciona a História. Brasília: Editora da UnB, 1982

Castelo Branco, historiadores que se propuseram a desnaturalizar, respectivamente, o Nordeste e o “movimento tropicalista”, utilizando justamente a arqueologia foucaultiana.

Além das análises Foucaultianas existem outros trabalhos que olham o objeto estudado como construções historicamente elaboradas. Eric Hobsbawm & Terence Ranger, embora não possam, sob nenhuma hipótese, serem confundidos com historiadores foucaultianos ou mesmo com defensores dessa [nova] história cultural, desenvolvem uma análise que caminha visivelmente para a desnaturalização do real, servindo também como importante ponto de apoio para pensar a constituição da identidade piauiense. Em seu livro *A invenção das tradições* (HOBSBAWM e RANGER, 2002), os historiadores ingleses nos mostram que tradições decisivas para a criação de nações européias, como a Escócia e a Inglaterra, tradições consideradas antigas, na verdade são construções muito recentes, resultado de esforços deliberados voltados para fins políticos.

Nesse sentido, nos propomos a analisar a identidade piauiense como um constructo imagético discursivo, que foi forjado ao longo do tempo por imagens e falas muitas vezes aparentemente inofensivas, mas que, se acumularam e inventaram uma forma de ser, uma comunidade imaginada¹¹, uma identidade piauiense, assim como forjaram a loucura de Foucault¹², o Nordeste de Albuquerque Júnior¹³ e a tropicália de Castelo Branco¹⁴. Mais objetivamente, a arqueogenealogia será a base que nos possibilitará compreender o acúmulo de camadas discursivas que hoje provoca essa crise na noção de identidade. Embora, não façamos um trabalho tão aprofundado como os já citados.

2.1 Identidade: um conceito em construção

Pensar as identidades não é tarefa das mais fáceis para um historiador. Profissional da passagem, das metamorfoses, seu *metier* é marcado pela mudança, pela heterogeneidade, pelas diferenças. A identidade, ao contrário, pelo menos de início parece um conceito duro, sem flexibilidade, que se traduz em essências ocultas, imutáveis, a-dinâmicas. E as identidades espaciais (aquelas que estão atreladas a representações espaciais) por sua vez,

¹¹ Sobre o conceito de comunidade imaginada ver: ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983

¹² FOUCAULT, Michel. *A História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹³ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. 3ª Ed. Recife: Edições Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

¹⁴ CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005

parecem ter vida ainda mais longa, à medida que são ancoradas em representações de natureza mais imutável, mais imóvel e mais permanente que qualquer outra. /A busca de uma identidade espacial tem esse sentido de assegurar um passado digno, fixo, cristalino, de assegurar o presente, enfim, de criar uma tradição que legitime este espaço. Nesse sentido, é impossível pensar tais identidades como sendo inerentes aos próprios sujeitos. Como se entre nossos genes existisse um responsável pelo pertencimento territorial/cultural. /Pensar uma identidade espacial requer pensar arqueogeneologicamente. Pensá-la como objeto que foi construído historicamente, através de práticas discursivas exaustivas e repetitivas que acabaram inventando uma verdade para ele. Afinal de contas, os significados, os sentidos e os valores atribuídos a um espaço, e que constituem sua identidade não existem desde sempre nem são inerentes à natureza. São inventados e reinventados a cada momento.

/A identidade é pensada aqui com a ajuda de dois autores em especial: Zygmunt Bauman¹⁵, sociólogo polonês, e o cientista social inglês Stuart Hall¹⁶. Ambos analisam a identidade dentro de uma perspectiva pós-moderna. Nenhum dos dois autores estabelece um conceito fechado e estático ou mesmo algo que esteja pronto e acabado para o leitor, sobre o que seria a identidade. Contudo, oferecem subsídios para que os estudiosos interessados na temática possam intuir o que ela seja. /Stuart Hall se preocupa, em sua obra, em traçar um caminho percorrido pela noção de identidade ao longo do tempo. /Em seu livro, ele estabelece as diferenças entre as noções de identidade do sujeito iluminista, do sujeito sociológico, e do sujeito pós-moderno. /Além disso, o autor fala sobre os caminhos que as identidades percorrem no transcórre de sua invenção. /Bauman, em seu livro, não se preocupa em conceituar ou em definir nada. *Identidade* (BAUMAN, 2005) é a transcrição de uma entrevista concedida a Benedetto Vecchi. Nele, o autor ao invés de seguir a rigorosa disciplina característica da escrita dos sociólogos e dos cientistas sociais, prefere, de forma bastante interessante, narrar fatos do cotidiano para neles enxergar e discutir as questões identitárias. Pensando com estes dois autores, a identidade é entendida aqui como sendo o conjunto das representações de uma cultura capaz de caracterizar, diferenciar e unificar os sujeitos em torno do sentimento de pertencimento a essa cultura.

Para Hall a cultura nacional é um “modo de construir sentido que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (2005.a, p.50). Ela se

¹⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

¹⁶ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2005a

constitui e passa a ser representada a partir de uma série de símbolos e personagens que traduzem uma espécie de essência que ela tenta constituir.

A narrativa da nação é contada e reforçada de várias maneiras. Stuart Hall (Ibid., 2005a) elenca alguns elementos dessa narração. Um deles diz respeito à forma como é “contada e recontada na história e na literatura, na mídia e na cultura popular” a história da nação. Nessa direção são contadas e recontadas “as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres” que nos dão sentido. Outro é a ênfase dada às “origens, às continuidades, à tradição e à intemporalidade”. Os signos do caráter nacional, segundo Hall (Ibid., 2005a), “permanecem imutáveis, apesar de todas as vicissitudes da história”. A narrativa da nação tem sempre um mito fundador “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo real, mas do tempo mítico”. A idéia da nação é também simbolicamente baseada “na identidade de um povo original”¹⁷.

Outro elemento elencado por Hall (2005a), com base em Hobsbawm e Ranger (2002), diz respeito à “invenção das tradições”. Os autores em tela entendem por tradição inventada “um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, objetivam inculcar certos valores e normas de comportamento por meio da repetição, o que implica automaticamente uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM e RANGER, 2002, p.9). Hobsbawm e Ranger, em *Invenção das Tradições* (2002), mostram como grupos que precisam de coesão forjam, muitas vezes, pelo passado, rituais e imagens a partir das quais buscam se fortalecer no tempo presente e que possuem, acima de tudo, uma função identitária e simbólica, facilmente perceptível.

~~As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações. As identidades nacionais “não são literalmente impressas em nossos genes [...] As pessoas não são apenas cidadãos legais de uma nação: elas participam da idéia da nação tal como representada em sua cultura nacional” (HALL, 2005^a, p.49). E é pelo discurso que se opera a construção/desconstrução das identidades. Além do discurso, outras noções são importantes para o entendimento das questões identitárias. A seguir abordar-se-á as noções de território e memória em seus entrelaçamentos com a~~

¹⁷ HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. 2005a.

identidade, e posteriormente, analisar-se-á o processo de construção das identidades nacional brasileira e piauiense.

2.1.1 Território e Identidade

No domínio das Ciências Sociais, o conceito de território é associado a uma dimensão de apropriação e/ou sentimento de pertencimento, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma identidade territorial (HAESBAERT, 2004a).

Em Haesbaert (1997, 2004b) é possível encontrar uma discussão em que o território é compreendido em suas várias formas e dimensões, ou seja, em uma dimensão material-concreta (política, econômica) e uma dimensão subjetiva e/ou simbólica. Nesse sentido, o território envolve:

[...] sempre e ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1997, p.42).

Ao elaborar esse conceito, Haesbaert deixa claro o caráter duplo do território que se constitui de elementos simbólicos e concretos. Haesbaert leva em consideração as definições de “espaço dominado” e “espaço apropriado” de Lefebvre, para o qual “através das práticas sociais e das técnicas, o espaço natural se transforma e é dominado”. Ainda de acordo com Lefebvre, quando ocorre a “dominação do espaço natural para servir às necessidades de um grupo, este se apropria dele” (LEFEBVRE, 2000 [1984], p.191-192). Assim, seguindo esta perspectiva integradora, defendida por Haesbaert, o território responde: “... pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras, relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço” (HAESBAERT, 2004b, p.78).

Nas Ciências Sociais, a temática do território tem sido tradicionalmente discutida em três vertentes. Uma, denominada de jurídica política, em que são contempladas as relações espaço-poder em geral e as relações espaço-poder institucionalizado. Nessa vertente, o território corresponde ao “espaço delimitado e controlado”, no qual se “exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal” (HAESBAERT, 1999, p.39). Outra

vertente é a cultural ou simbólico-cultural, que “prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva”, sendo o território definido como o “produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço” (Ibid., loc. cit.). E na vertente econômica, o território é visto como “fonte de recursos” (HAESBAERT, 1999, p. 40).

Neste trabalho priorizaremos a vertente simbólico-cultural inaugurada pelas Ciências Humanas. Um dos primeiros trabalhos a trazer a temática do território para a geografia, em uma dimensão que não fosse exclusivamente estatal, foi o de Claude Raffestin (RAFFESTIN, 1993) em *Por Uma Geografia do Poder*, publicado na língua francesa em 1988. Claude Raffestin é reconhecido como o autor que mais tem se destacado na discussão conceitual sobre território.

Em Raffestin (Ibid., p.143), espaço e território não são idênticos, pelo contrário, o espaço antecede ao território. Na argumentação que o autor faz para diferenciar estas duas categorias, diz que o território é fruto de uma ação programada de um sujeito que se apropria concreta e/ou simbolicamente do espaço. De forma que “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ esse espaço” (Ibid., loc. cit.). Dessa forma, o espaço é o físico, o concreto que existe antes de qualquer fator antrópico, seja ele simbólico ou físico. E é exatamente a ação antrópica que transforma o espaço em território, sendo que essa “passagem” sempre acontece no campo das relações de poder e de dominação (Ibid., p.144).

O território é, portanto, para o autor, a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos sujeitos que o (re) definem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças”, de relações de poder, das mais variadas intensidades e ritmos. O território é o resultado das várias territorializações que operam sobre ele. Das forças que se cruzam e entrecruzam definindo os seus contornos. No que se refere à territorialidade, o autor a define como sendo o “conjunto de relações mantidas pelo homem, enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade, com ajuda de mediadores ou instrumentos” (RAFFESTIN, 1988, p.265). A territorialidade humana não é, pois, constituída não só por:

[...] relações com territórios concretos, mas também por relações com os territórios abstratos como línguas, religiões, tecnologias, etc. Esta relação é então organizada segundo uma série de regras, comunicabilidade que está implícita na mesma relação societária (RAFFESTIN, 1988, p.266).

Um autor que privilegia o campo cultural na construção do território é Joel Bonnemaison (BONNEMAISON, 2000, 2002). Para este autor não existe nenhum indivíduo ou grupo que escape ao princípio de territorialização. Assim, não poderia haver grupos coerentes, nem de etnia e, talvez, nem mesmo de cultura, sem um *território-portador*. Isso equivale dizer que há uma correspondência “entre os homens e os lugares”, entre “uma sociedade e sua paisagem”, que está “carregada de afetividade e exprime uma relação cultural” (BONNEMAISON, 2002, p.91). De acordo com esse princípio, os territórios, os lugares e a paisagem não podem ser compreendidos senão em referência ao universo cultural em que estão inseridos.

Mathias Bossé (BOSSÉ, 2004), outro autor que discute território em uma dimensão mais subjetiva, simbólica, ressalta que historicamente os geógrafos se interessavam particularmente pela “identidade dos lugares” e pelos papéis que estes desempenham na “formação de consciências individuais e coletivas” (Ibid., p.158). Em um primeiro momento, apoiado na observação de “como as pessoas, sujeitos, e agentes geográficos recebem e percebem, constroem e reivindicam identidades cristalizadas em suas representações e em suas interpretações dos lugares e das relações sociais” (Ibid., loc. cit.).

Em anos mais recentes, com a emergência da geografia humanista, o lugar é considerado suporte da identidade cultural, pois “influencia, até mesmo constrói, tanto subjetivamente como objetivamente, identidades culturais e sociais” (Ibid., p.166). No que diz respeito à construção da identidade territorial, Bossé (BOSSÉ, 2004) e Haesbaert (HAESBAERT, 1999) são elucidativos. Para o primeiro, o território identitário “não é apenas ritual e simbólico, é também o local de práticas ativas e atuais, por intermédio das quais se afirmam e vivem as identidades” (BOSSÉ, 2004, p.169). Já para Haesbaert: “a identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta” (HAESBAERT, 1999, p.172).

E acrescenta que “as identidades só são territoriais quando sua estruturação depende da apropriação simbólica no/com o território” (Ibid., p.179). A construção das identidades territoriais possui duas dimensões, uma ancorada na memória coletiva, construída em torno do passado para confirmar uma diferenciação e construir, com maior sucesso, uma identidade. E outra ancorada nos referenciais espaciais, tanto do passado como do presente que podem ter várias origens (HAESBAERT, 2007, p.45).

A identidade territorial é construída valendo-se do reconhecimento de alguma origem comum, ou de características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda, com base em um mesmo ideal. O que significa dizer que o passado transforma-se em uma narrativa não fixa e permeável pelos interesses do presente, pois, ao “reconstruirmos o passado de um povo, esquecemos e lembramo-nos dos fatos, informações e interpretações que nos interessam para reafirmar uma identidade” (DEATRY, 2002, p.190).

Enfim, de todas as análises apontadas podemos inferir, que as identidades territoriais surgem a partir de um processo de apropriação do homem pelo espaço, onde o mesmo estabelece uma relação de identificação e pertencimento tanto concreta quanto subjetivamente com o espaço criado por si e para si, a partir das territorializações. Em outras palavras, o homem constrói espaços para si, concreta e/ou subjetivamente, e estabelece relações de pertencimento e identificação.

2.1.2 Memória e Identidade

Há uma relação direta e explícita entre a construção da memória e a construção da identidade como demonstra os trabalhos consolidados de escritores como Le Goff (2003), Pollak (1989), Oliven (2006) e Souza (2007). Em linhas gerais, a memória é o elemento legitimador da identidade. A memória, mais do que simples arquivo classificatório de informação a reinventar o passado, é um referencial norteador na construção de identidades (MORAIS, 2008). História e memória caminham juntas na construção da identidade. Para Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK, 1992, p.204). Em Halbwachs (2006[1950]), a memória não é só um fenômeno de interiorização individual, mas uma construção social e um fenômeno coletivo.⁹ A memória coletiva está o tempo todo se beneficiando da memória individual, mas não basta que os outros “nos apresentem seus testemunhos”: é preciso, outrossim, que concordemos com “as memórias deles e que haja muitos pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos ajudem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2006[1950], p.39); faz-se necessário igualmente que a memória dos “outros venha reforçar e completar a nossa”, pois é preciso que “as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado”(Ibid., p. 98).

A discussão acerca da memória individual e coletiva tem como precursor as reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs. Ele inicia os estudos sobre memória na década de 1920 com a publicação da obra *Os Contextos Sociais da Memória*, em 1925, e, em 1950 é publicada a obra póstuma *Memória Coletiva*. Halbwachs traz uma importante contribuição para a discussão das identidades territoriais. Primeiramente, porque enfatiza a relação entre memória e lugar: “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Em seguida, porque enfatiza também que existe um dinamismo nas memórias coletivas. Elas estão sempre se modificando e se redefinindo. Transformando-se de acordo com a inserção dos indivíduos com outros grupos sociais.

Pollak (1992) traz outra importante contribuição na discussão da memória, que é a relação entre identidade e memória, na qual se destacam as fronteiras de pertencimento e o sentimento de coerência. Pollak elenca três elementos constitutivos da identidade: os “acontecimentos”, as “pessoas e personagens” e os “lugares” da memória.

Os acontecimentos se dividem entre os “vividos pessoalmente” pelos sujeitos e os “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente perceber” (Ibid., p.201). Esses últimos são os acontecimentos dos “quais a pessoa nem sempre participou”, mas tomaram tamanha amplitude diante da construção da memória coletiva que no “fim das contas, é quase impossível que ela (a pessoa) consiga saber se participou ou não” (Ibid., loc. cit.).

Os estudos de Halbwachs sobre “memória coletiva”, e os de Nora sobre os “lugares de memória”, enfatizam o peso que determinados referenciais exercem sobre as memórias individuais, estruturando-as, organizando-as e inserindo-as na memória de uma coletividade. Sendo fundamentais, assim, para que se compreenda a relação entre a produção da memória e da identidade que através dela se legitima.

Nesse sentido, levando em consideração a importância da produção da memória e da constituição/subjetivação de territórios para a criação das identidades, e entendendo que ambos não existem sem a intervenção da linguagem, partir-se-á para a busca do começo da produção discursiva do território e da memória piauienses. Para isso, adiante analisaremos a constituição da memória e da identidade nacionais para, a partir deles, compreender como se deu a produção dos mesmos no Piauí.

3 SELECIONANDO MEMÓRIAS E CONSTRUINDO HERÓIS: AS NARRATIVAS INICIAIS DA PIAUIENSIDADE.

Na escola, desde nossa infância, aprendemos a todo momento o significado de nossa bandeira e de nossos símbolos nacionais. Concomitantemente, somos direcionados a apreciar e exaltar nossas matas, nossas riquezas e nosso povo. Aprendemos a amar essa terra porque indubitavelmente ela é o melhor lugar do mundo para se viver. E há alguém que ouse contestar? Somos “gigantes por nossa própria natureza”, “nossos bosques tem mais vida”, “nossa vida mais amores”. Resta a alguém a dúvida de que somos o povo mais feliz do mundo? Vivemos num país onde a miscigenação materializou a obra de Deus, criando um povo que é resultado da mistura dos corajosos índios, dos sofridos negros e dos bravos e sentimentais lusitanos. Tanto, que, vivemos num país onde o preconceito não existe, posto que temos consciência de que somos filhos desta amálgama. Enfim, somos o povo escolhido. Mas é só sermos ofendidos por uma pessoa de outra origem étnica ou a nossa seleção de futebol perder uma partida, que tudo vai de água abaixo. De onde será que nasceu essa confusão em nossos sentimentos? Isso nem sempre foi assim.

A identidade nacional, e todo esse sentimento auto-afirmativo, começam a ser forjados após a proclamação da Independência, no momento em que era necessário que este povo, na verdade, tão desigual, se sentisse um só. Caso contrário seria impossível forjar os contornos da nova nação que ali surgia. Era preciso proclamar uma memória nacional, que legitimasse a criação da nação. Como nos ensina Pollak (1992), a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, “na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência do grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK, 1992, P.204). Em outras palavras, sem uma memória bem construída, e acima de tudo bem escrita, é impossível a construção da identidade.

Stuart Hall (HALL, 2008) nos dá uma lição sobre como as identidades nacionais são forjadas. Além disso, o autor também argumenta sobre como o sentimento de identificação nacional parece inerente ao próprio sujeito, se constituindo assim, como um elemento quase genético. Para além das especulações e vontades do Estado, é como se os sujeitos precisassem, apesar de sua autonomia, ter um solo fértil onde fundamentem suas ações. Segundo Hall citando Gellner:

A idéia de um homem (sic) sem uma nação parece impor uma (grande) tensão à imaginação moderna. Um homem deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas. Tudo isso parece óbvio, embora, sinto, não seja verdade. Mas que isso viesse a parecer tão obviamente verdadeiro é, de fato, um aspecto, talvez o mais central, do problema do nacionalismo. Ter uma nação não é um atributo inerente da humanidade, mas aparece agora como tal. (GELLNER apud HALL, 2008, p.48)

~ ➤ Para Hall, as identidades são forjadas e lançadas aos sujeitos de forma que a subjetivação das mesmas engendra um processo de naturalização. O que Hall enfatiza é que apesar da aparente genética da identidade, não se pode perder de vista o processo histórico de sua formação. Para ele as identidades não são coisas com as quais nascemos, mas são gestadas e transformadas no interior da representação, na medida em que são constituídas pela integração de valores e símbolos da cultura nacional, entendida aqui como

um discurso - um modo de produzir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos [...] As culturas nacionais ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. (HALL, 2008, p.51)

Para Hall assim como para Benedict Anderson (1983), a identidade nacional se constitui como sendo uma comunidade imaginada, que se forja a partir das histórias e das narrativas que são contadas ao povo, dos contos heróicos e das tradições inventadas que estabelecem a nação enquanto unidade simbólica, /em outras palavras, que constroem sentimentos de pertencimento e de fraternidade junto aos símbolos da nação. Tanto Hall como Anderson comungam com os pensamentos de Foucault no que diz respeito à relevância dos discursos na construção do real, entendendo que para se forjar uma identidade, é preciso que se lance mão de algumas estratégias discursivas. Entre elas podemos identificar: 1) A veiculação de uma narrativa da nação, tal como ela é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular; 2) A ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade e a subsequente construção da identidade como sendo a essência fundamental da nação; 3) A invenção de uma tradição que legitime a nação, que a dê caráter unificado; 4) A criação de um mito fundador como sendo a história que localiza a origem da nação; e 5) A construção da idéia de um povo original fundador da nação. Levando em consideração o que foi dito pode-se dizer que a identidade nacional brasileira surgiu a partir do momento em começou-se a narrar e a construir uma história nacional. A partir do momento em que a

cultura nacional começou a produzir sentidos sobre a nação, que foram capazes de unificar o povo criando um sentimento de pertença a ela. Ernest Renan¹⁸, filósofo e historiador francês, nos fala um pouco sobre esse papel central da história na produção das identidades. Falando da formação dos sentimentos de pertença, ele nos diz que

O esquecimento, e diria mesmo o erro histórico são um fator essencial da criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é frequentemente para a nacionalidade um perigo. A investigação histórica, na verdade, traz à luz os fatos da violência que se passaram na origem de todas as formações políticas, mesmo daquelas das quais as conseqüências foram as mais benéficas. [...] Ora, a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum, e também que todos tenham esquecido coisas. Nenhum cidadão francês sabe se ele é burgundo, alano, taifalo, visigodo; todo cidadão francês deve ter esquecido a noite de São Bartolomeu, os massacres dos países meridionais no século XIII. (RENAN apud SOUZA, 2010, p.42-43)

esquecimento

Neste sentido, a história é um risco para os sentimentos de pertença, (uma vez que a legitimização deste último está condicionada não só à lembrança, mas principalmente ao esquecimento) e ao mesmo tempo é o elemento que constrói tal sentimento. (A nação é inventada através do discurso historiográfico que lembra e coloca em evidência os fatores de unificação e em um movimento simultâneo articula o esquecimento de tudo aquilo que possa representar um risco à unidade da Nação.) No Brasil, a instituição que, num primeiro momento, concentrará forças na construção de uma história nacional, será o IHGB.

3.1 O IHGB e a invenção da nação brasileira

Em 1838, a historiografia brasileira ganhou uma nova página de sua trajetória quando, naquele ano, foi feita a inauguração do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Formada com o apoio do brigadeiro Raimundo de Cunha Mattos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, tal instituição estabelecia o desenvolvimento de uma escrita de nosso passado realizada justamente após a consolidação de nossa independência política em relação a Portugal. Nesse sentido o IHGB foi um dos pioneiros no estabelecimento de uma história

¹⁸ RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* Tradução Glaydson José da Silva, Documentos, *Revista Aulas*, Portal Unicamp, v.1. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>.

nacional que legitimaria o modelo de Brasil e conseqüentemente de brasileiro que se almejava formar.)¹⁹

→ Além de marcar um momento de autonomia política, (o 7 de setembro) teve suma importância na orientação das pesquisas feitas pelo instituto e em um estilo de escrita compromissado com a formação de uma identidade. No mesmo tempo em que havia ânsia de se pensar e identificar nossa nação através do estudo do passado, o instituto também questionava, desde sua criação, se as informações então disponíveis sobre nossa experiência histórica eram confiáveis e que lacunas ainda deveriam ser preenchidas.

→ No que tange a formação de uma identidade nacional, o IHGB aparece como uma alternativa capaz de identificar e contar a vida dos heróis que seriam vinculáveis ao projeto de desenvolvimento de nossa pátria.) Com isso, os fundadores do instituto reconhecem um poder didático na apreciação do passado. Olham a história como instrumento significativo para o alcance de uma nação capaz de aprender e se aprimorar com o que já viveu. Vejamos estas características no discurso do Cônego Januário da Cunha Barbosa, fundador e 1º Secretário Perpétuo do Instituto, durante o ato de apresentação do estatuto da instituição²⁰.

Por escrito
e ele...

Eis-nos hoje congregados para encetarmos os trabalhos do proposto Instituto Histórico e Geographico do Brazil, e desta arte mostrarmos às nações cultas que também prezamos a glória da pátria, propondo-nos a concretizar, em uma literária associação, os diversos fatos da nossa história e os esclarecimentos geographicos do nosso paiz, para que possam ser offerecidos ao conhecimento do mundo, purificados dos erros e inexactidões que os mancham em muitos impressos, tanto nacionais como estrangeiros. Basta attendermos ao que diz Cícero sobre a história, para conhecermos logo as vantagens que se devem esperar de um instituto que della particularmente se ocupe, e composto de homens os mais conspícuos por suas lettras e por suas virtudes. — A história (escreve aquelle philosopho romano) *é a testemunha dos tempos, a luz da verdade e a escola da vida*, — Por esta judiciosa doutrina facilmente se conhece quão proficua deve ser a nossa associação, encarregada, como em outras nações, de eternizar pela história os factos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem dos tempos e desembaraçando-os das espessas nuvens que não poucas vezes lhe agglomeraram a parcialidade, o espirito de partido, e até mesmo a ignorância.²¹

¹⁹ Sobre a influência do IHGB sobre a construção da história nacional ver: GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. Estudos Históricos. Dossiê caminhos da historiografia. Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-27, 1988.

²⁰ BARBOSA, Januario da Cunha. *Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, pelo Secretário Perpétuo e Cônego Januario da Cunha Barbosa*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.1(1): 9–19. Fev-mar de 1939

²¹ Na transcrição de todos os artigos Revista do IHGB e de outros documentos do século XIX e do início do século XX citados neste trabalho, foram mantidas as características originais da ortografia da época

→ Desde seu início, o IHGB buscou realizar sua missão institucional com a publicação da Revista do IHGB, que esteve preocupada em vasculhar a colonização. De tal modo, entre as pretensões, limites, conceitos e problemas do olhar histórico da época, o IHGB contribuiu para que novas possibilidades sobre a historiografia brasileira surgissem. Mas para compreender o papel do instituto na construção da memória nacional, é necessário antes compreender em que contexto ele é fundado, e qual a relação da sua fundação com as instituições políticas da época.

→ O IHGB surge em um momento tenso da história imperial brasileira. Com rebeliões eclodindo nos quatro cantos do Brasil, as elites da corte acabaram optando por uma política de centralização que garantisse a unidade política da Nação. Neste sentido, em fins da década de 1830 o Brasil vivia um intenso processo de centralização política que havia se consolidado com o restabelecimento do Conselho de Estado e a conseqüente diminuição dos poderes dos presidentes das províncias. Construir uma História Imperial cheia de símbolos e heróis que criassem uma noção de continuidade e de pertencimento em torno da imagem da monarquia, era algo que contribuiria fortemente para a legitimação do poder monárquico. Além de criar o modelo de homem ideal a partir da publicação das biografias²², as edições da Revista do IHGB²³ também traziam em seus volumes vastas informações sobre viagens, conflitos, documentos de nossa história e informações técnicas sobre as províncias, que acabavam aos poucos caracterizando o *nosso* território, a *nosso* gente e a *nosso* terra. Os homens de letras do império tentavam passar por cima de qualquer divergência política para aos poucos inventar essa memória nacional, contudo em alguns momentos, apareciam falas dissonantes. Segundo Alexandre Lazzari²⁴:

Os vínculos da maioria dos fundadores do Instituto com o Conselho de Estado e à política imperial explicam em parte o consenso em torno da missão oficial que a instituição assumia para aqueles “homens da corte” que, desejando também construir um porto seguro para seu prestígio intelectual,

²² Sobre as biografias publicadas na Revista do IHGB ver: nº 400 da Revista do IHGB, jul-set, 1998, que é dedicado à publicação do seu Índice Geral, do nº 1 ao 399.

²³ A Revista do IHGB era uma publicação trimestral, que colhia informações e produções da história e da geografia nacionais. Sua primeira edição saiu em 1839, um ano após a fundação do IHGB.

²⁴ LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004. Além de falar sobre concordâncias e discordâncias entre os membros do IHGB, o autor indica em uma nota o estudo de Jefferson Cano intitulado *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro* (Tese de Doutorado defendida junto à Unicamp em 2001) para pensar os modos pelos quais os homens de letras do segundo reinado pretenderam contribuir para a idéia de nacionalidade brasileira.

solicitaram e obtiveram para o IHGB a proteção de Sua Majestade Imperial, em nome de quem as divergências em termos de idéias políticas ficavam em segundo plano. Mas não pode ser desconsiderado que, apesar da coesão daquele grupo em torno da lealdade ao imperador, entre seus sócios existiam diferentes opiniões sobre como escrever a literatura e a história do império. (2004, p.28)

Um dos pontos onde divergiam os fundadores do instituto dizia respeito à relevância e à forma sob a qual as histórias das províncias seriam “encaixadas” no grande quebra-cabeça da história nacional. Enquanto o cônego Januário da Cunha Barbosa propôs já na primeira cessão que se estabelecessem os marcos divisórios da história nacional, Raimundo da Cunha Mattos apontava exatamente para a impossibilidade deste feito, levando em consideração a ausência de informações referentes às províncias e considerando que sem elas, seria impossível escrever uma história geral da nação brasileira. Considerando as observações do consócio, Januário da Cunha Barbosa ainda no mesmo mês (dezembro de 1838) publica artigo falando sobre o que deveriam procurar os representantes e sócios do IHGB nas províncias. Segundo ele era necessário que se procurassem:

*O Vesculhamento das
provincias p/ encaixar
no nacional*

1º Notícias biographicas impressas, ou manuscriptas dos Brasileiros distinctos por suas letras, virtudes, armas, serviços relevantes, ou por qualquer outra qualidade notável, desde o descobrimento do Brazil até hoje, com explicação de seus nomes, naturalidade, tempo em que viveram, e motivos de sua celebridade. 2º Cópias authenticas de documentos interessantissimos à nossa historia, assim antiga como moderna; e extractos de noticias extrahidas das secretarias, archivos e cartórios, tanto civis quanto ecclesiásticos. 3º Notícias sobre os costumes dos Índios, sua catechese, civilisação, augmento ou diminuição; seu numero presumível, sua industria, e vantagens que d’elles se possam tirar. 4º Descripções de commercio interno e externo da provincia, de sua industria e litteratura; de seus principaes productos e variedades; de seus rios, montanhas, campos e portos; de sua navegação e caminhos principaes; da fundação, prosperidade ou decadência de suas cidades, villas e arraiaes; da sua população e divisão por classes. 5º Notícias de factos extraordinários, que ahi tenham acontecido; de phenomenos, meteoros e outros effeitos naturaes, que mereçam menção histórica, com explicação do tempo em que aconteceram, das épocas em que se renovam, e de suas causa presumíveis. 6º Notícias sobre seus mineraes, animaes, aves, peixes, etc., acompanhadas, se possível for, da nomeclatura scientifica; assim também de suas madeiras de construção, plantas particulares da provincia, fructos preciosos, bálsamos e óleos, e do seu emprego na medicina.²⁵

²⁵ BARBOSA, Januario da Cunha. *Lembrança do que devem procurar nas provincias os sócios do Instituto Historico, para remetterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.1(2): 109 – 110. Abr - Jun de 1939

➔ Além de deixar claro o estilo de escrita marcado pela predominância das ações dos homens brancos e letrados em detrimento das do restante, e do caráter naturalista que as obras deveriam conter, esta fala representa a interferência direta do IHGB na produção histórica nas províncias. A partir de então, as províncias também seriam responsáveis pela construção da história nacional, enviando ao IHGB as informações das vidas e das ações de seus célebres homens, de suas belezas naturais, e de suas peculiaridades históricas, ambientais e geográficas. Este artigo foi só o primeiro passo no estabelecimento de regras e normas que diziam respeito ao que devia ser dito e ao que devia ser esquecido na História da Nação.

Depois desta primeira iniciativa no sentido de normatizar a produção historiográfica nas províncias, dois outros artigos emblemáticos nesse sentido foram lançados. O primeiro deles produzido por Raimundo da Cunha Matos²⁶ poucos meses antes de sua morte em janeiro de 1939, mas publicado somente muito depois, em 1963, e o segundo de autoria de Karl Friedrich Philipp Von Martius²⁷, publicado em 1844. Paulo Gutemberg de Carvalho Souza em seu livro intitulado *História e Identidade: as Narrativas da piauiensidade*, nos fala do modelo de história proposto por Raimundo da Cunha Matos. Segundo ele:

como escreveu
p/ce

José da Cunha Matos, um dos ideólogos do IHGB, incentivava a escritura das histórias provinciais, consignando que estas deveriam ser sistematizadas em períodos, o primeiro referente aos indígenas, o segundo com as áreas de descobrimento e a administração colonial e o terceiro relatar os acontecimentos nacionais desde a independência. (SOUZA, 2010: 47)

Em seu texto, *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*, Martius, por sua vez, explicita quais as diretrizes para a construção da história nacional. Uma História onde o Brasil seria entendido como o resultado da mistura dos índios, dos negros e dos nobres europeus, sem deixar, obviamente, de ressaltar o caráter principal dos últimos na construção da nação. Sobre a participação das províncias na escrita de uma história geral do Brasil Martius nos diz que,

As obras até o presente publicadas sobre as províncias, em separado, são de preço inestimável. Ellas abundam em factos importantes, esclarecem até com minuciosidade muitos acontecimentos; comtudo não satisfazem ainda às exigências da verdadeira historiographia, porque se resentem de mais de

²⁶ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Revista do IHGB, 1863, t. 26, p. 121-143.

²⁷ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.6 (24): 389 - 411. Janeiro de 1844.

certo espírito de chronicas. Um grande numero de factos e circunstancias insignificantes, que com monotonia se repetem, e a relação minuciosa até o excesso de acontecimentos que se desvaneceram deixarem vestígios históricos, tudo isso, recebido em uma obra histórica, há de prejudicar o interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação. O que avultará repetir-se o que cada governo fez ou deixou de fazer na sua província. Ou relacionar factos de nenhuma importância histórica, que se referem à administração de cidades, municípios ou bispados, &c.; ou uma escrupulosa accumulção de citações e autos que nada provam, e cuja authenticity histórica é por vezes duvidosa? – tudo isso deverá, segundo a minha opinião ser excluído. (1844, p.399)

Martius em sua fala começa a estabelecer as normas sobre o que deveria ser dito e o que deveria ser esquecido, em relação às memórias das províncias. Apesar de considerar a importância das informações e das peculiaridades de cada uma delas, o naturalista alemão entendia que fatos cotidianos, ligados a interesses locais, não deveriam ter visibilidade em uma história nacional. Caso contrário, a leitura e consumo dessa história seriam comprometidos por vontades particulares de cada província que, ao invés de colaborar para a sua construção, elaborariam variadas, extensas e desconexas histórias provinciais. Segundo o autor era preciso saber dosar a regionalização do discurso historiográfico: não se podia construir uma história onde os elementos provinciais encobrissem os nacionais; por outro lado, não era cabível deixar de lado as peculiaridades da escrita provinciana, posto que eram exatamente elas que poderiam dar à história “aquela energia plástica, imprimir-lhe aquellê fogo, que tantos admiramos nos grandes historiadores” (MARTIUS, 1944, p.400). As histórias das províncias tinham um papel muito importante no cumprimento da função identitária da história nacional, posto que era através da percepção de elementos daquelas nesta última, que os sujeitos das distintas províncias se sentiriam pertencentes a uma só nação. Martius propunha uma escrita conciliadora da história que omitisse os fatos comuns entre as províncias evitando conflitos entre elas. Segundo ele:

Para evitar este conflito, parece necessário que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações com a mãe pátria e as mais partes do mundo; e que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada província; mas omitir, pelo contrário, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem uma às outras. Assim, por exemplo, converge a história das províncias de S. Paulo, Minas, Goiás e Mato Grosso; a do Maranhão se liga à do Pará, e à roda dos acontecimentos

de Pernambuco formam um grupo natural os do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Enfim, a história de Sergipe, Alagoas e Porto Seguro, não serão senão a da Bahia. (MARTIUS, 1944, p.399)

Apesar de tão entusiasmado discurso, a proposta de Martius para uma escrita histórica que incluísse as províncias de forma harmoniosa, não teve sucesso entre os historiadores brasileiros. De uma forma geral, Martius em sua proposta, tentava estabelecer uma história onde as três raças fundadoras da nação tivessem sua merecida representatividade e onde as províncias contribuíssem proporcionalmente à construção da história nacional. Para ele era necessário inventar uma tradição que legitimasse a situação política encontrada no Brasil daquele momento, como ilustra o seguinte trecho de seu artigo na Revista do IHGB:

Por fim devo ainda ajuntar uma observação sobre a posição do historiador do Brasil para com a sua pátria. A história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente. Ele pode difundir entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo. Uma obra histórica sobre o Brasil deve, segundo a minha opinião, ter igualmente a tendência de despertar e reanimar em seus leitores brasileiros amor da pátria, coragem, constância, indústria, fidelidade, prudência, em uma palavra, todas as virtudes cívicas. O Brasil está afeto em muitos membros de sua população, de idéias políticas imaturas. Ali vemos republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades. E justamente entre estes que se acharão muitas pessoas que estudarão com interesse uma história de seu país natal; para eles, pois. Deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira devida da inexigüidade de seus projetos utópicos, da inconveniência de discussões licenciosas dos negócios públicos por uma imprensa desenfreada, e da necessidade de uma monarquia em um país onde há um tão grande número de escravos. Só agora principia o Brasil! a sentir-se como um Todo Unido. (MARTIUS, 1944, p.401)

Dessa forma, analisando o exposto, percebe-se que o IHGB foi uma instituição formada num nebuloso momento da história brasileira, onde o poder monárquico, dentro de uma intensa ação centralizadora, almejava a criação de uma história que enraizasse no povo os sentimentos de unidade e pertencimento tão caros a uma nação moderna e desenvolvida. Nesse intuito, as províncias são chamadas a contribuir para a construção da história nacional, que passa a ser entendida como sendo o conjunto (enxuto, sem repetições e sem exageros) das histórias provinciais. Assim, as primeiras narrativas históricas referentes ao Piauí, e mais especificamente à memória e às peculiaridades da província, são produzidas aos moldes dos manuais do IHGB, visando, dessa forma, colaborar para a construção da história nacional e incluir o Piauí no conjunto amplo na nação.

3.2 A produção historiográfica piauiense e a invenção da piauiensidade

A primeira narrativa historiográfica sobre a província do Piauí foi publicada no vigésimo tomo da Revista do IHGB, no ano de 1857. Seu autor foi José Martins Pereira de Alencastre. Nascido na Bahia e tendo se mudado para o Piauí em 1851, Alencastre começa a trabalhar como auxiliar direto do então presidente da província José Antônio Saraiva, e a partir de seu envolvimento com o governo e com os ideais monarquistas, publica em 1857 um trabalho chamado *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*²⁸. Segundo Souza:

A *Memória cronológica* constitui a única obra histórica totalizante sobre o Piauí em todo o século XIX, e se insere no quadro de esforços para a construção de uma história nacional, trabalho coordenado pelo IHGB, do qual Alencastre foi sócio, tendo sido membro das Comissões de trabalhos Históricos e de Redação da Revista daquela instituição. (2010, p.66-67)

Alencastre se propõe a escrever uma história geral do Piauí, e sua narrativa se entende do ano de 1674 a 1843. O autor indubitavelmente produz uma história pró-nação. Em seu trabalho verificamos uma extensa lista de informações que não só dizem respeito à questão política, mas a descrições da fauna, da flora, das vilas e cidades. Enfim, Alencastre procura conclamar uma memória que diferencie o estado, e ao mesmo tempo o inclua no conjunto das alteridades nacionais. Mantendo as mesmas características propostas por Martius, Alencastre coloca o indígena como vilão e o lusitano como herói colonizador. Além disso, o autor faz uma descrição das nações indígenas que habitavam a então capitania, da quantidade de negros que aqui trabalhavam, da quantidade de fazendas, das características da agricultura, da produção de minerais e etc. A obra de Alencastre é de fundamental importância, nesse sentido, para o estabelecimento de uma identidade piauiense, na medida em que além de caracterizar nosso território e nosso espaço, também desenvolve a discussão sobre as origens do Piauí, que segundo ele estariam ligadas às excursões de Domingos Afonso Sertão, e não de Domingos Jorge Velho como propunha a “tradicional” historiografia brasileira. Wilson

²⁸ ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.20(1): 5 - 164. Jan - Mar de 1857

Brandão em sua *Historiografia piauiense*²⁹, ao analisar a *Memória Cronológica*, faz algumas ressalvas, mas a considera a maior obra de Alencastre:

Sem dúvida, contém muito de crônica, ou de roteiro. O próprio nome o denuncia. Contudo, desde a Descrição do Padre Miguel de Carvalho, que inicia a literatura de conhecimento do Piauí, até Francisco Xavier de Machado, e o Roteiro da Capitania do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí, nada há que lhe compare. Como os predecessores e os contemporâneos, Alencastre é o historiador, o geógrafo, o etnologista, ou o simples compilador de curiosidades locais. Tudo isso ao mesmo tempo, em um só livro. O cronista exhibe-se com as melhores qualidades. Todavia, a profundidade, que atinge em seus estudos, a erudição, com que amplia e alarga o domínio de seu pensamento, a objetividade das análises e, acima de tudo, o amor da pesquisa superam o cronista e fazem de José Martins Pereira de Alencastre o primeiro dos historiadores do Piauí. (BRANDÃO apud SOUZA, 2010, p.69)

Depois do trabalho de Alencastre, merecem destaque os de David Caldas e Miguel Borges. Alencastre, Caldas e Borges são contemporâneos. Todos nasceram na década de 1830, contudo, as condições sociais e políticas em que viviam os dois últimos, fez com que se inclinassem para uma história de caráter mais local, e menos envolvida com os ideais monarquistas. David Caldas, ao contrário de Alencastre, é considerado um dos grandes nomes do republicanismo no Piauí. Enquanto Alencastre tinha uma íntima relação com o poder monárquico, tendo por isso facilidade na publicação de seus trabalhos, Caldas sequer tinha livros publicados. Por sua vez, Miguel Borges conseguiu publicar um livro³⁰, mas tanto seus trabalhos quanto os de David Caldas apareciam, geralmente, através da publicação em jornais, almanaques e revistas³¹ e nos seus trabalhos como educadores.

As contribuições de David Caldas estão ligadas à produção de vários trabalhos que colaboraram não só para a história, mas acima de tudo para a geografia piauiense. Um exemplo desses estudos é o *Relatório da viagem feita de Teresina até a cidade de Parnaíba*,

²⁹ BRANDÃO, Wilson. *Historiografia piauiense*. In ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

³⁰ CASTELO BRANCO, Miguel de Souza Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis, que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. 1ª. Série. Tipografia da Imprensa, Teresina, 1879.

³¹ Em SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as Narrativas da Piauiensidade*. Teresina: 2010. 470p, é possível encontrar dois quadros onde o autor enumera a participação dos intelectuais em questão na direção, edição e/ou redação de jornais e periódicos piauienses. A partir do exposto por Souza, David Caldas atuou nos Jornais: *O Arrebol* (1859), *Liga e Progresso* (1862-1864), *A Imprensa* (1865-1889), *O Amigo do Povo* (1868-1873), *Oitenta e Nave* (1873-1874), *O Papiro* (1874) e *O Ferro em Brasa* (1877). Por sua vez, Miguel Borges atuou nos jornais: *Aurora Teresinense* (1862), *Liga e Progresso* (1862-1864), *A Imprensa* (1870), *Revista mensal* (1874-1879) e *A Mocidade piauiense* (1883-1885); E nas revistas *Revista Mensal* (1874-1879) e *Almanaque Piauiense* (1879-1882).

pelo rio do mesmo nome, inclusive todo o seu delta, por ordem do exmo Sr. Dr. Adelino Antônio de Luna Freire, Presidente do Piauí, publicado em anexo à mensagem do autor à Assembléia Provincial³², onde Caldas descreve as características geográficas, da fauna e da flora do rio Parnaíba, no trecho que vai de Teresina ao litoral do Estado.

— Já a importância dos escritos de Miguel Borges para a constituição de uma identidade piauiense está no fato de que, se em termos locais Alencastre concebeu uma cronologia, uma história, e uma descrição do ambiente físico e humano do Piauí, tendo em vista criar uma idéia unitária de povo, inventando assim os limites da comunidade imaginada, Miguel Borges, no seu livro de biografias *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e outras pessoas notáveis que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí*³³, edificou o quadro geral dos heróis piauienses, no que foi pioneiro, sendo seguido depois por Clodoaldo Freitas e Joaquim Chaves. Segundo Souza:

A maioria dos biografados é representativa da antiga classe política dirigente oieirense que nasceram entre a segunda metade do séc. XVIII e a terceira década do séc. XIX. O livro compreende assim um largo corte cronológico de mais de 200 anos, reportando-se a fatos administrativos importantes da história local como os relativos ao primeiro Governador do Piauí, João Pereira Caldas, as lutas da Independência do Piauí, e a Balaiada, da qual seu pai foi uma das lideranças no Piauí. [...] Tanto as fontes quanto a forma da escrita histórica de Miguel Borges lhe revelam o esforço de contribuir para a construção de uma memória histórica local do ponto de vista do império. (2010, p. 85-87)

Observando o citado, é possível perceber que apesar de não estar tão ligado à Monarquia quanto Alencastre, Miguel Borges contribuiu solenemente para a construção de uma identidade piauiense monárquica. Construindo uma história influenciada pelo IHGB, Miguel Borges mostra ao Piauí, os modelos a serem seguidos. Suas biografias, muito mais do que serem simples narrativas de vida, tinham um caráter pedagógico, que visava acima de tudo, apresentar ao Brasil e ao próprio Piauí os valores e os feitos dos piauienses que teriam sido importantes na consolidação do Império.

³² Apesar de não ter um envolvimento tão íntimo quanto Alencastre com o Presidente da Província, David Caldas foi por diversas vezes contratado pelo mesmo para a realização de trabalhos técnicos. Segundo Paulo Gutemberg Souza (SOUZA, 2010) alguns trabalhos de David Caldas encontram-se publicados em anexos de Relatórios de Presidentes da Província, das décadas de 1860 e 1870. Além de relatórios e confecção de mapas, ele organizou dados estatísticos populacionais e tabelas de distâncias entre as principais localidades da Província.

³³ CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres*. Teresina, 1879, p. 141.

Seguindo os já citados intelectuais nessa invenção primeira do Piauí, encontramos Francisco Augusto Pereira da Costa e Clodoaldo Freitas. Este último foi continuador de Miguel Barros em seu trabalho de catalogação dos grandes nomes do Estado. A grande diferença entre os dois intelectuais é que enquanto Miguel Borges procura biografar nomes ligados à Monarquia, Clodoaldo Freitas em sua *História do Piauí: sinopse*³⁴ produz textos ligados à valorização da República.

Já Pereira da Costa, assim como Alencastre, também tinha uma ligação mundo grande com o poder provincial. E acompanhando Alencastre, sua escrita corresponderá aos anseios da sociedade brasileira de sua época. Nesse sentido, se em 1857 Alencastre inclui o Piauí no conjunto amplo da nação através de uma escrita monarquista, Pereira da Costa, publicando seu livro *Cronologia histórica do estado do Piauí* em 1909, não poderia deixar de caminhar para a inclusão do Piauí, num modelo de História republicana. Segundo Souza (SOUZA, 2010) antes mesmo de publicar seu livro, em 1909, Pereira da Costa vinha desde 1885 publicando vários artigos que objetivavam operar esta inclusão do Piauí na História Nacional. Dentre eles destaca-se o artigo *Piauí republicano: a adesão à Confederação do Equador em 1824*, publicado na Revista Mensal da Sociedade Piauiense³⁵, onde o autor inicia os esforços no sentido de reposicionar o Piauí, que agora deveria ter todas as suas memórias direcionadas à República.

A partir das primeiras décadas do século XX, a escrita histórica piauiense passa por um processo de reorientação. Higino Cunha, Abdias Neves e o próprio Clodoaldo Freitas, influenciados pelo evolucionismo e pelas teorias raciais e naturalistas do fim do século XIX passam a escrever uma história republicana, que apesar de ter os escritos de autores como Alencastre, como fontes, se diferencia, e muito, da "antiga" história monárquica.

A nova situação política inaugurada com a república, em especial no que diz respeito à descentralização política e à crescente autonomização das antigas províncias, redirecionará a escrita histórica piauiense, que, motivada pela esperança de dar ao Piauí um papel mais significativo no novo quadro da nação, passa a apresentar características regionalistas e denunciativas de nossa realidade. Se antes se produzia uma história que visava colaborar para a construção de uma história nacional ampla, agora, essa nova geração de intelectuais, inconformada com o lugar dado ao Piauí na nação, passa a produzir uma história pró-Piauí

³⁴ FREITAS, Clodoaldo. *História do Piauí: sinopse*. In *Almanaque piauiense*, 3º Ano, 1905. Diretores: Miguel Rosa, João Pinheiro e Abdias Neves. São Luis: Tip. Teix, 1904.

³⁵ Revista que passou a ser publicada em 1891 em Recife, e que tratava da história, da Geografia e de todos os demais temas que diziam respeito ao agora Estado do Piauí.

(não no sentido de vangloriar o estado, mas de reivindicar melhorias para o mesmo através da exposição de suas mazelas). Uma história que, não se preocupava apenas em colocar o Piauí no quadro geral da nação, mas em construir uma narrativa que mostrasse o quanto as nossas riquezas, os nossos homens, e o nosso protagonismo (produzidos pela historiografia monárquica), foram esquecidos pela nação, resultando no atraso, na pobreza e no quadro caótico em que se encontrava o Estado. Agora o objetivo não era só construir uma história republicana-nacional, mas acima de tudo, uma história republicana local. Segundo Souza:

As duas histórias republicanas, a nacional e a local, geralmente convergentes, se estruturaram dentro de um contexto de difusão de memórias sociais. Nesse processo surgem idéias formuladas por intelectuais-historiadores aptas a criarem uma consciência de identidade local e um sentimento de pertencimento às comunidades políticas imaginadas local e nacional. Influenciados pelo cientificismo da época (darwinismo social), Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e Abdias Neves, construtores de uma história local republicana, vão introduzir os conceitos-imagens de abandono, isolamento e atraso e argumentos raciais e mesológicos em seus escritos históricos, associados à assimilação de culturas importadas, numa luta para vencer um complexo de inferioridade econômico, social, político e, sobretudo intelectual. Os intelectuais-historiadores usaram (adaptaram) modelos de história e de literatura em voga na Europa e no Brasil do séc. XIX, no sentido de construir representações de uma nação brasileira marcada pelas diferenças regionais e humanas (raciais). No Brasil, o nacionalismo tem base nas diversidades regionais, tendo as histórias provinciais/estaduais potencializado ora o sentimento da diferença (identidade local), ora da unidade (identidade nacional), onde são destacados os papéis regionais na construção do caráter nacional. (2010, p.123-124)

Analisando o citado, observa-se que a nova história produzida pelos intelectuais no início do século XX, é uma história que carrega em si um tom denunciativo do esquecimento da pobreza e das mazelas sofridas pelo Piauí. Nesse sentido, identificamos o começo do Piauí percebido e citado na introdução deste trabalho. Um Piauí que foi sendo forjado por significados depreciativos e que aos poucos foi dando corpo a uma piauiensidade carregada de baixa-estima. Mas a escrita histórica não foi o único campo onde essa invenção aconteceu. A escrita literária também foi palco dessa produção de sentidos sobre o Estado. Afinal de contas não podemos esquecer que Abdias Neves, Higinio Cunha e Clodoaldo Freitas, além de intelectuais-historiadores eram exímios cronistas e romancistas. De modo geral, enquanto a escrita histórica atendia a apêlos do poder social e político dominantes, a escrita literária era a válvula de escape para as expressões de sentimento pessoal, resultando em um discurso caracteristicamente mais angustiante e menos pomposo. Mas a angústia provocada pelo

desconhecimento e a luta pelo reconhecimento atingia às duas escritas. Nesse sentido, nas páginas que se seguem averiguar-se-á a produção desses significados denunciativos do esquecimento do Estado, que acabaram produzindo e ligando ao Piauí inúmeras imagens depreciativas, em parte da produção literária piauiense do século XX.

4 A PIAUIENSIDADE DISSECADA : A FOME, A MISÉRIA E A SECA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PIAUIENSE

Até este ponto do trabalho, expusemos as formas primeiras através das quais se começou a forjar uma identidade Piauiense. A partir da influência de uma escrita histórica proposta pelo IHGB, vários trabalhos apareceram tentando inserir o Piauí na História Nacional. Com a Proclamação da República, intelectuais e historiadores piauienses passaram a produzir uma história que visava elucidar e justificar o atraso e as mazelas do Estado na pouca atenção que a Nação dava a ele. Nesse momento identificamos a emergência do Piauí seco, faminto e atrasado, que vai se perpetuar através de vários veículos de comunicação e expressão durante todo o século XX. Nesse sentido, a literatura se constituiu num dos grandes instrumentos de invenção deste Piauí.

É importante que se entenda, que não se está colocando a literatura e a escrita histórica como os dois únicos veículos através dos quais a identidade piauiense tem sido inventada. Na verdade essa piauiensidade vem sendo forjada a partir de inúmeros fluxos discursivos que emanam dos mais diversos veículos. Muito menos se pretende colocar a identidade piauiense como algo que, atualmente encontra-se acabada, fechada em si. Pensamos a identidade como algo que está em infinito processo de construção/desconstrução. Em outras palavras, procuramos entender não apenas como vem se forjando essa piauiensidade, mas especialmente, com vêm se desencadeando os processos de piauiensização³⁶. Nesse sentido, o que nos propomos a fazer neste capítulo é perceber qual foi a colaboração de parte da literatura piauiense do século XX, para a construção de representações da cultura piauiense que fossem capazes de unificar, caracterizar, diferenciar e unificar os sujeitos em torno do sentimento de pertencimento a ela. Também é importante que se entenda que a escolha da literatura como veículo enunciador da piauiensidade, não se deu deliberadamente. Segundo Paul Ricoeur, a

identidade não poderia ter outra forma do que a narrativa, pois definir-se é, em última análise, narrar. Uma coletividade ou um indivíduo se definiria, portanto, através de histórias que ela narra a si mesma e, destas narrativas, poder-se-ia extrair a própria essência da definição implícita na qual esta coletividade se encontra. (1985, p. 432)

³⁶ Termo que se utilizará a partir de agora quando se quiser referir aos processos de identificação no Piauí.

Apesar do perigo que corremos com a utilização da expressão *essência* presente no texto de Ricoeur, levando em consideração que o que buscamos aqui é exatamente operar a desconstrução de um possível caráter essencial dado à piauiensidade, concordamos com ele e também com Hall (HALL, 2008) quando enfatizam o caráter fundamental da narrativa na construção das identidades.

Para uma abordagem concisa desta problemática utilizar-se-á as conclusões em torno das funções da literatura estabelecidas pelo poeta e crítico antilhano Edouard Glissant. Para ele, nas literaturas nacionais

há a função de *dessacralização*, função de desmontagem das engrenagens de um sistema dado, de pôr a nu os mecanismos escondidos, de desmistificar. Há também uma função de *sacralização*, de união da comunidade em torno de seus mitos, de suas crenças, de seu imaginário ou de sua ideologia. (GLISSANT apud BERND, 2003p. 19)

Para Glissant as literaturas atuam tanto na construção quanto na desconstrução das identidades. E é impossível, para ele, pensá-las fora desta dialética de feitura e desmanche de significados. Seguindo o raciocínio de Glissant, as identidades se forjam exatamente a partir do embate entre discursos sacralizantes e dessacralizantes. Assim, podemos identificar nos textos historiográficos citados no capítulo anterior, a intencionalidade da sacralização da memória e do passado mítico, nacionais e piauienses. Num movimento inverso, a literatura piauiense do século vinte operou uma espécie de movimento dessacralizador, ao ponto em que tentou a partir da exposição de fatos da “realidade” piauiense (a sofrida, a faminta e a seca), desconstruir a imagem bela e pomposa que aparecia nos textos historiográficos. Não numa atitude deliberada, como se os escritores fizessem aquilo para, conscientemente, “reinventar” o Piauí, mas numa tentativa de reclamar para o Estado um lugar mais digno dentro do quadro geral da nação.

Segundo Alcebiades Costa Filho³⁷, entre o fim do século XIX e o início do século XX, já existia no Piauí, uma forte representação do Estado ligada à idéia de sertão. Um exemplo desta produção que cantava a seca, rural e bucólica vida piauiense era a poesia de Zé da Prata, famoso repentista piauiense que mais tarde seria incorporado por intelectuais letrados como

³⁷ COSTA FILHO, Alcebiades. *A Geração de Crispim: um estudo sobre a construção histórica da piauiensidade*. Tese de Doutorado em História Social defendida junto ao Instituto de Ciências Humanas da UFF. 2010: 194p.

José Coriolano de Sousa Lima, José Manoel de Freitas e Hermínio Castelo Branco³⁸. Além desses poetas, identificamos Francisco Gil Castelo Branco, autor de *Ataliba o vaqueiro*³⁹, considerado por muitos o primeiro romance regionalista brasileiro.

Antes de se tornar romance, a obra de Castelo Branco foi publicada em folhetim no Diário de Notícias do Rio de Janeiro em 1878. O livro foi produzido no final do século XIX, quando acontecia uma das mais devastadoras secas do Nordeste. O Piauí foi duramente castigado, com levas de retirantes esfomeados rumo ao Maranhão e Pará. A fronteira do Piauí com o Ceará foi palco de sofrimento, dor e fome de milhares de pessoas sem a assistência do poder público. O livro de Francisco Gil Castelo Branco é um romance que conta a história de Ataliba e de sua amada Teresinha, que ao fugir da triste seca que castigava o Piauí, acabam morrendo. Em inúmeros momentos, a prosa típica do romance dá lugar ao verso, e é no canto dos retirantes que o autor deixa transparecer o Piauí ao qual seus olhos eram sensíveis.

Cava, cava ó caçador,
um poço para beber
o gado dessa fazenda
que da seca vai morrer

A chuva não quer chover,
nem a desgraça parar!...
os campos ficaram secos
o riacho vai secar.

[...]

A mata ficou sem sombra,
a mata sem plantação,
a caça foge assustada
da fome do meu sertão.

[...]

Aqui não poço ficar,
mas fica meu coração!
vou-me embora pra longe
das terras do meu sertão.⁴⁰

É a partir deste novo Piauí cantado pela literatura, com imagens fortes de pobreza, miséria e fome, diferente daquele pomposo e belo, povoado por homens corajosos como os da batalha do jenipapo, cantado pela historiografia local, que se procurará marcas da invenção da

³⁸ Deste último destaca-se a obra: CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira Sertaneja*. Teresina: APL: Projeto Petrônio Portela, FUNDEC, 1972. ; dos dois anteriores não existem obras publicadas. Apenas poemas isolados publicados em periódicos e jornais e algumas informações biográficas encontradas em FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses – apontamentos biográficos*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

³⁹ CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba o vaqueiro*: Hermione e Abelardo, a mulher de ouro. Teresina: Convênio APL/UFPI. 1993

⁴⁰ CASTELO BRANCO, 1973, p. 74

piauiensidade. Nesta parte do trabalho explorar-se-á a construção dos signos da fome, da seca e da miséria piauienses em duas obras literárias piauienses do século XX. São elas: *Um Manicaca* (1909) de Abdias Neves, e *O salto do Cavalo Cobridor* (1968) de Assis Brasil. Escolhemos estas duas obras dentre as inúmeras do século XX que reforçam estes aspectos depreciativos da cultura piauiense em função de representarem obras construídas em diferentes momentos do século, demonstrando assim, que tais iniciativas literárias não se restringiram a um grupo ou a uma geração de escritores, mas se perpetuaram quase que como uma tendência durante todo o século XX⁴¹. Contudo, é importante que se ressalte, que aqui, em função da limitação exigida pela escrita monográfica, não se analisará a fundo o discurso, entrando nele, escarafunchando-o, esquadrinhando-o, ou mesmo investigando as condições de sua urdidura. O que faremos nas obras citadas é apontar indícios enunciativos a partir dos quais a piauiensidade veio a emergir.

4.1 Abdias Neves: *O Piauiense e Um Manicaca*

Filho de modesto empregado público, Abdias Neves, como geralmente se assinava, nasceu em Teresina em 1876. Seus pais: João da Costa Neves e Delfina Maria de Oliveira. Estudou seus primeiros anos no Liceu Piauiense e bacharelou-se em Recife, em 1898. Dentro de três décadas – 1898/1928 - formatura e morte - Abdias Neves foi político, professor, poliglota, mas, acima de tudo, homem de letras: romancista, poeta, jornalista e historiador.

Abdias Neves tem uma trajetória pública parecida a de muitos intelectuais políticos que fizeram fama na República Velha, mas que terminariam suas vidas, afastados do cenário político. A maioria de seus biógrafos apresenta-o como um injustiçado, um defensor do Estado que morreu pobre e esquecido, envolto num inexplicável ostracismo. Esta imagem-memória comum a muitos literatos e intelectuais piauienses da República Velha é amplamente reproduzida e constitui um modo de compensar trajetórias pessoais de homens de letras que decidiram viver no Estado e não tiveram merecido destaque no cenário nacional, mesmo se galgassem altos cargos na República, como Abdias, como afirma Souza⁴².

Um Manicaca, seu único romance de costumes e tipos piauienses, parte do objeto deste capítulo, foi escrito entre 1901/1902; por dificuldades financeiras, publicado em 1909. Nesse

⁴¹ Além das obras que serão utilizadas neste capítulo, podemos identificar: *Os Sertões* (1943) de Renato Castelo Branco; *Vida Gemida em Sambambaia* (1984) de Fontes Ibiapina; *Maria, valei-me* (1987) de Wellington Dias; *Contos dos Sertões do Piauí* (1988) de Alvina Gameiro; entre outros.

⁴² SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as Narrativas da Piauiensidade*. Teresina: 2010. 470p

Tudo aqui é uniforme.

[...] De irrequieto, corajoso, aventureiro e esforçado, fizeram-no o calor, a facilidade dos meios de subsistência e a vida monótona das fazendas, um temperamento morno, um caráter passivo, um tipo indolente.

Montesquieu já dizia que o calor define o corpo e entorpece a vontade: é certo. Ele entorpeceu a vontade do nosso sertanejo, fê-lo fraco no querer e tardo no agir. (NEVES, 1985 [1907], p. 215-216)

Nestas palavras Abdias Neves deixa claro o seu posicionamento enquanto intelectual: positivista, naturalista e evolucionista. Na citação o autor faz questão de demonstrar o quanto o clima e a natureza influenciaram na constituição idiossincrática do sujeito piauiense. Algo muito parecido com o que Euclides da Cunha fizera em *Os Sertões*⁴⁶, quando atrelava a preguiça e a falta de sucesso de alguns personagens às condições geo-ambientais em que viviam, como se as identidades e a forma de ser dos sujeitos fossem determinadas pelas condições espaciais que vivenciam. Nesse sentido, Abdias via um Piauí que era atrasado feio e tosco em função das condições climáticas e ambientais que não deixavam que ele se desenvolvesse, e que, portanto, o Estado demandava de uma atenção maior por parte da Nação. A queimada, a pouca água, e as poucas matas deste sertão eram a matéria-prima a partir da qual havia se forjado o mais preguiçoso, morno, indolente e acomodado dos seres: o Piauiense.

Por sua vez, em *Um Manicaca*, Abdias Neves foca-se na crítica social característica de sua época. É como se em sua literatura, Abdias Neves quisesse preencher as lacunas que a história oficial havia deixado. Como se ele se valesse da liberdade oferecida à literatura, e até certo ponto negada pela seriedade da história, para denunciar fatos um tanto quanto obscuros da vida cidadina teresinense. Nesta obra o autor insere temas como os costumes de Teresina no fim do século XIX, os festejos da padroeira, as festas juninas, as comemorações de aniversário, os namoricos e os casamentos da época, para através deles fazer uma crítica altamente referencializada ao clero e à hipocrisia vivenciada pela sociedade teresinense de então.

O autor evidencia a vida cotidiana ainda rural de Teresina, com as fofocas, os preconceitos e os tabus característicos da época. Acompanhando este provincianismo onde prevaleciam a falsa aristocracia e a falsa moral, a Igreja se colocava como a grande detentora do domínio social local. A partir deste contexto o autor inicia uma narrativa típica da escrita naturalista, onde os sujeitos são sempre o resultado direto da natureza que os abriga. Assim,

⁴⁶ CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro. Ed. Ouro, s.d.p.

nesta mistura de crítica social e naturalismo, aparecem sujeitos muito peculiares, como homens tísicos, padres que se intrometem na vida dos outros, adúlteros, mulheres esfomeadas por sexo, solteironas, etc. O relacionamento desta temática citada com a seca e a miséria é o que nos interessa nesse momento. Segundo Silva⁴⁷:

Problemas sociais, geográficos e políticos caracterizam a temática do regionalismo nordestino, quer na fase realista-naturalista, quer na modernista, sendo que, nesse contexto, o fenômeno da seca é retratado, considerando as conseqüências humanas e sociais que acarreta. As questões sociais e, principalmente, da condição humana emergente das estiagens constantes, vividas pelo homem nordestino, somadas a outros problemas peculiares à região: o banditismo e o misticismo são exemplos aproveitados pela literatura e pela política, na primeira como temas ficcionais; na segunda, como trampolim para políticos. (2005, p. 139-140)

A seca é inserida na obra de Abdias Neves a partir de Júlia, umas das principais personagens do romance, que chega a Teresina, com seu pai Pedro Gomes e sua mãe, fugindo da fome e do flagelo do sertão. A descrição do espaço vivido pelas personagens evidencia a enunciação da miséria piauiense, objeto deste capítulo:

Corria o ano de 1878 e a seca chegara ao seu período mais agudo, quando, famintos, andrajosos e doentes, chegaram aqui Pedro Gomes, a mulher e uma filhinha – a Júlia.

Foram os mais horríveis que se podem imaginar os primeiros meses da permanência em Teresina [...] As comissões encarregadas da distribuição, entretanto, exploravam a situação tirando lucros imprevistos da miséria dos retirantes. [...]

Manhãs cedo, apareciam nas calçadas, criancinhas expostas, envoltas em sujos farrapos, - umas hirtas, com a pele arroxeadada, olhos azuis, que a morte deixara abertos, volvidos para o céu na ânsia do supremo desespero; outras vivas, ainda esvaindo-se num choro doentio, baixinho agitando no ar os braços esqueléticos.

Fora esse tempo que Pedro Gomes chegara, aboletando-se num casebre abandonado [...]. (NEVES, 2000 [1909], p.33-34)

Abdias Neves aborda a temática da seca e de suas conseqüências em três capítulos, e a descrição acima marca o caráter naturalista-determinista de sua obra, onde os problemas sociais da Teresina do fim do século XIX são diretamente atrelados, pelo autor, às condições ambientais em que viviam as personagens. Neste sentido *Um Manicaca*, pode ser considerado o marco inicial da enunciação do Piauí seco no romance piauiense do século XX.

⁴⁷ SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *A representação da seca na narrativa piauiense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Caetés, 2005.

4.2 Assis Brasil e *O Salto do Cavalo Cobridor*

Francisco de Assis Almeida Brasil⁴⁸ nasceu no dia 18 de fevereiro de 1932 em Parnaíba. É romancista, cronista, crítico literário e jornalista. Como crítico literário, atuou intensamente na imprensa brasileira, especialmente no *Jornal do Brasil*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *O Globo* e na revista *O Cruzeiro*, *Enciclopédia Bloch* e *Revista do Livro*. Ele é o membro número 36 da Academia Parnaibana de Letras. Embora ainda não faça parte da Academia Brasileira de Letras, existe uma forte movimentação neste sentido.

Recuando a carreira artística, Assis Brasil começou com um teatrinho organizado por sua mãe em Parnaíba. Era uma espécie de *vaudeville* musicado e falado. A representação ficava a cargo de alguns garotos da cidade, revertendo o valor das entradas em benefício da igreja local. A mãe tocava piano e declamava, e Assis Brasil, num trio fazendo o papel de engraxate, cantava e dançava, aos dez anos de idade.

Desde menino foi-se habituando à música, aos livros, sendo um mau aluno no colégio, mas um bom leitor. Enjoados do teatro, os meninos resolveram montar um circo no quintal da casa de Assis Brasil, com palhaços e trapezistas e entrada paga. A mãe não se meteu, mas o pai, também dado às leituras, gostava de longe. Os primeiros estudos, primário e parte do secundário, foram feitos no então Instituto São Luiz Gonzaga do professor José Rodrigues, em Parnaíba.

Aos 12 anos, Assis Brasil foi como interno para o Colégio São João, em Fortaleza, no Ceará, onde terminou o ginásial e fez o científico. Aos 15 anos, influenciado pelo professor de português, e com tema por ele escolhido, escreveu seu primeiro texto literário, um apólogo intitulado *O poste e a palmeira*, inspirado num apólogo de Machado de Assis. Este trabalho foi publicado na *Gazeta de Notícias* em 1948. À época, uma crônica sua é publicada no jornal *O Radical*. Tal crônica lhe dá o tema para escrever o primeiro romance, *Verdes mares bravios*, publicado em 1953 no Rio de Janeiro, pela Editora Aurora, reeditado em 1986 pela editora Melhoramentos de São Paulo com o título de *Aventura no mar*, e indicado para a área infanto-juvenil. O livro é ainda hoje comercializado. As suas obras infanto-juvenis são adotadas em inúmeras escolas brasileiras.

Assis Brasil é, ainda hoje, um dos únicos escritores brasileiros que vivem de sua escrita, tendo mais de 100 obras publicadas, entre elas *Beira Rio Beira Vida*, 1965; *A Filha do Meio*

⁴⁸ Informações biográficas retiradas de: <http://assisbrasil.org/almeida.html>. Acessado em 02/08/2011.

romance, o escritor viveu a sua inteligência, sendo um espectador da realidade daquela época. Os tipos que criou vieram da terra, da vida simples, bonachona, libertos da tirania dos modelos acadêmicos e retratados com as tradições sertanejas. Como poeta, escreveu *Velário*, inédito, livro todo iriado de imagens. Parnasiano, ortodoxo, idolatrava a forma, mas não era escravo das condições disciplinadoras da arte de seu tempo. Manejava o verso com maestria. As rimas estampam as emoções sentidas pelo poeta, pois, como ele mesmo dizia, “poesia é revelação de arte, é dar vida à obra”.

Como historiador, as principais obras de Abdias Neves foram: *A Guerra do Fidié* (1907), *O Brasil e as esferas de influência na conferência da paz* (1919); *Aspectos do Piauí* (1926); *Imunidades Parlamentares*; *Psicologia do Cristianismo*; *Moral Religiosa*; e *Regime Municipal* (1926).

Em *A Guerra do Fidié* (1907), Abdias Neves solidifica o papel de historiador preocupado com a verdade histórica e mostra paciência e compromisso na elucidação de fatos controversos, pois busca argumentar usando documentos. Além disso, é nessa obra, publicada antes de *Um Manicaca*, que o autor deixa clara a sua posição em torno do que era o “ser piauiense”. O livro é um relato em vinte e cinco capítulos, que destaca a vinda de João José da Cunha Fidié⁴³ para o Brasil. E o que merece mais destaque é o capítulo XX, em que o autor procura definir o *piauiense*⁴⁴.

O piauiense é um tipo essencialmente firme nas convicções, constante nos hábitos, moderado nos impulsos. Não é reformador, nem sofre arrebatamentos. É um reflexo do meio.

O Piauí, com efeito, nada oferece de notável em seu aspecto físico: as terras, as baixas, correm sem um relevo orográfico de importância. Não mostram nem variações bruscas de paisagens nem alternativas frequentes de matas e várzeas: quase sem interrupção se estendem as chapadas, monótonas na sua uniformidade, eternamente as mesmas, com uma vegetação raquítica, aberta e inconstante, que se estende até onde o olhar se cansa e tudo se confunde num cinto escuro que aperta o horizonte

Às vezes algumas léguas de várzeas, mais tristes e monótonas, ainda na repetição sem fim dos carnaubais.

De matas, só existe uma ligeira faixa que acompanha a bacia do Parnaíba e de alguns dos seus afluentes e se bifurca perto da foz do Longá, avançado ao rumo de Itamarati⁴⁵ em ângulo agudo.

[...]

⁴³ O livro em questão trata da Batalha do Jenipapo, que ocorreu no norte do Piauí, às margens do rio Jenipapo, e foi travada entre tropas brasileiras e portuguesas, estas, sob o comando do Sargento-Mor português João José da Cunha Fidié, que teria lutado contra Napoleão nas “Guerras Peninsulares” e que viria aquele momento ao Piauí, para conter os ímpetus emancipatórios existentes por aqui. (SOUZA, 2010, p. 260)

⁴⁴ Título original do capítulo XX de *A Guerra do Fidié*.

⁴⁵ Atual cidade de Pedro II.

Quilo, 1966; *O Salto do Cavalo Cobridor e Pacamão*, 1968 (Tetralogia Piauiense); *Os que Bebem como os Cães* (Ciclo do Terror); *Nassau, Sangue e Amor nos Trópicos*, *Jovita e Tiradentes* (romances históricos).

Para além de sua escrita, a vida profissional de Brasil também era bastante movimentada. Em fins de 1949, Assis Brasil viajara para o Rio de Janeiro no navio Itaimbé da extinta Companhia de Navegação Costeira, indo trabalhar como Oficial Administrativo na Prefeitura de Duque de Caxias. Este foi o seu primeiro emprego. O segundo emprego foi de auxiliar de escritório numa imobiliária, Companhia Geral de Empreendimentos, que urbanizou a área de Piratininga em Niterói. Mais tarde foi Correspondente (redator) do setor de propaganda das casas Pernambucanas, enquanto estudava jornalismo, à noite, na Pontifícia Universidade Católica.

Em 1956, Assis Brasil entra para a imprensa do Rio de Janeiro, já como crítico literário profissional do Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, que iria abrigar as correntes vanguardistas e divulgar escritores da literatura universal e os brasileiros esquecidos, tais como Adonias Filho, Clarice Lispector, Autran Dourado, Geraldo Ferraz, João Cabral de Melo Neto, sobre os quais Assis Brasil dedicou estudos. Além da crítica literária, o escritor traduz ensaios sobre a obra de William Faulkner e contos de Carson McCullers, e escreve ainda para o cinema sob o pseudônimo de Castro Mussél.

O escritor, sempre um trabalhador intelectual, escrevera para inúmeros outros jornais do país. Na época da maior repressão do regime militar, entre 1967 e 1968, lecionava Técnica de Jornal na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e trabalhava como copidesque no jornal *Tribuna da Imprensa*. Conquistou, em 1965, o Prêmio Nacional Walmap com o romance *Beira rio beira vida*, e dez anos depois com *Os que bebem como os cães*. A partir dessa década ganha outros prêmios e não parou mais de publicar livros, tendo chegado ao número 100 em 1998, com o livro de novelas *O sol crucificado*.

A obra que constitui o objeto de nossa investigação é *O Salto do Cavalo Cobridor*, romance que integra a chamada Tetralogia Piauiense⁴⁹. Na sua Tetralogia, Assis Brasil tenta mostrar uma miséria que não é necessariamente natural. O próprio autor reconhece que não só *O Salto Cavalo Cobridor*, mas toda a sua Tetralogia, não tem outro objetivo que não seja a denúncia.

⁴⁹ Nome dado ao conjunto das obras composto por *Beira Rio Beira Vida*, 1965; *A Filha do Meio Quilo*, 1966; *O Salto do Cavalo Cobridor e Pacamão* (1968).

A Província, um meio social estreito, parece embotar as consciências, eliminar os valores, para com a outra miséria, a de caráter social, contemplar um quadro que inquieta qualquer homem lúcido, ou qualquer artista comprometido com o seu tempo e a sua realidade. São quatro romances e uma única intenção: a de denúncia. (BRASIL, 2008 [1979], p. 458)

Publicado em 1968, pouco tempo após a contemplação com a menção honrosa do prêmio Walmap, *O Salto do Cavalo Cobridor* é o romance mais simples de toda a Tetralogia Piauiense, tanto na forma quanto no conteúdo. Assemelha-se a um ‘causo’ típico do interior do país, contanto à luz de um lampião, ou sob a escassa sombra de uma carnaúba. A história de *Inação*, o agregado da fazenda Frecheira da Lama que se apaixona por uma cigana e acaba morto numa emboscada, é entrecortada por pequenos ‘causos’ que, juntos, formam os retratos dos costumes e da miséria do povo piauiense.

Se anteriormente Abdias Neves escrevera em *Um Manicaca* uma denúncia da pobreza e da miséria piauienses, considerando-as consequências da indolência e da preguiça causadas pelo calor e pela aridez, Assis Brasil em *O Salto do Cavalo Cobridor*, atrela a pobreza e a miséria piauienses a fatores sociais como, por exemplo, a má distribuição de terras e de renda.

/ O romance fala da vida de *Inação*, um homem valente, viril e trabalhador, funcionário da fazenda Frecheira da Lama, que é casado com *Zita*, uma viúva, e tem como patrões *Dr. Gervásio* e *Dona Candinha*. O romance se desenrola em torno das andanças de *Inação* à Parnaíba e dos seus encantos por duas personagens. A primeira é *Josefa*, a filha da dona de uma hospedagem no Pontal da Pedra; a outra, uma cigana chamada *Sulima*, a qual foi a maior responsável pela sua morte.

→ (A Escrita de Assis Brasil, como foi dito anteriormente, não é a de um Piauí miserável pela seca ou por fatores climáticos. Afastado da visão naturalista/determinista que era alicerce para autores como Abdias Neves, Assis Brasil também foca sua crítica na miséria humana piauiense, mas agora, uma miséria que não vinha do natural, e sim do social. Para Assis Brasil, aquelas paragens do Piauí nem eram secas.) Quando o autor apresenta *Matias*, um esperto negociante e melhor amigo do protagonista *Inação*, fala de sua predileção por contar causos das calamidades que aconteciam, sejam elas “seca ou enchente, mais enchente do que seca naquelas bandas do Piauí” (BRASIL, 2008, p. 265)

Maria Janaína Foggetti⁵⁰, ao analisar a narrativa de *O Salto do Cavalo Cobridor*, a divide em três partes: os causos (histórias contadas por sujeitos que não vivenciaram o

⁵⁰ FOGGETTI, Maria Janaína. *Fado e Morte na Tetralogia Piauiense*. Uma Estética da Miséria Humana. Dissertação de Mestrado defendida junto à Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

narrado, portanto incertas quanto a veracidade); as histórias exemplares (geralmente casos vivenciados pelo narrador); e o enredo principal. Sendo que as duas primeiras se entrelaçam com esta última, estampando no romance os elementos caracterizadores da miséria humana e da tosca e interiorana vida sertaneja.

Nos dois primeiros casos o autor deixa transparecer a influência excessiva da igreja e da religiosidade no povo Sertanejo. A primeira história é a de *Antônio Santeiro*, sujeito que fíndou ‘aposentado pela cachaça’. A história de *Antônio* começa com sua vinda a Parnaíba, trazendo consigo, do Ceará, sua mulher ‘lombriguenta’ e seus oito filhos ‘remelentos’. Famoso e talentoso feitor de imagens, mal sabia ele que sua vida viria de água abaixo, após uma traição a seu santo devoto.

[...] Era um artesão, como chamavam os entendidos, e chegava gente até de fora para ver seu trabalho. Como a freguesia sempre aumentasse e ele precisasse dar de comer aos filhos, não tinha mãos a medir no ofício. Aí cometeu seu primeiro erro: quando estava fazendo um Santo Antônio, chegou um freguês do Ceará procurando por uma imagem de São João, seu santo devoto. Antônio Santeiro não conversou, na mesma hora mudou a imagem de Santo Antônio para a de São João. E ainda foi descarado. Quando o comprador fez a reclamação, ele disse com ar piedoso:

- Pois veja o senhor que esse é o primeiro milagre que este santo está fazendo.

Sua fama cresceu e com pouco não tinha mais freguesia. A mulher acabou fugindo com um caixeiro-viajante e as crianças foram dadas para alguns casais sem filhos – as maiores tinham vergonha do pai, que passou a viver embriagado pelas bodegas. (BRASIL, 2008 [1979], p. 253)

O segundo caso é o do enterro simbólico do *Padre Gonçalo*, uma brincadeira feita por rapazes da Parnaíba, que teria conseqüências que superariam as expectativas dos brincalhões. Inação, falando do caso contado a ele por *Matias*, a seu *Dr. Gervásio*, fala da chegada do referido padre em Parnaíba. O padre teria chegado ‘em cima’ do carnaval, e foi logo proibindo os bailes do Cassino 24 de Janeiro, que ficava bem próximo à igreja matriz. Revoltados com a atitude do pároco, alguns jovens, enfurecidos por não mais poderem desfrutar das belezas das moças parnaibanas em um local fechado para a pequena burguesia local, encenam o enterro do referido padre no último baile de carnaval daquele ano. Algumas beatas até tentaram reagir contra o desrespeito dos jovens, mas *Padre Gonçalo* disse que isso não era motivo para confusão. Afinal, cada um deles teria a sua devida recompensa. E como disse *Inação*:

Foi dito e feito.

Não tardou muito, o primeiro “coveiro” que tinha desfilado com o caixão do padre, se matou com um tiro de rifle no peito. Um outro, quase em seguida, foi devorado por um tubarão na praia de Amarração. Um terceiro morreu afogado com a mulher, e um quarto morreu de repente, de doença misteriosa, nenhum médico descobriu. O penúltimo deles foi preso e processado por desfalque. O último, por nome Luís Nelson, apavorado, mandou a mulher se aproximar do padre e pedir perdão, que ele estava arrependido. Padre Gonçalo respondeu que perdoava se ele, daquela data em diante, fosse todo dia à santa missa. [...] (BRASIL, 2008[1979], p. 260)

Os dois casos mostram o medo que o povo carregava das forças da religiosidade. Como se por traz da igreja, existissem garras ocultas prontas a castigar todo aquele que se rebelasse contra ela. Deus é visto pelos personagens como o designador de tudo. O único responsável por tudo o que acontece sobre a face da terra. E a igreja, como representante terrena do poder divino, é a mais importante das instituições, tendo por isso que ser respeitada acima de qualquer outra coisa.

Os próximos quatro casos são contados por *Matias*, o negociante, melhor amigo de *Inação*, que de tão inteligente e prendado, só “estava enterrado no sertão por um feito do destino, nada mais” (BRASIL, 2008[1979], p.265). Os quatro casos falam sobre os erros gramaticais do povo do sertão, evidenciados pelo esperto viajante, que, orgulhoso por ter estudado os primeiros anos, dizia ser um exímio conhecedor das letras. O primeiro deles fala dos erros gramaticais do povo ao responder à ladainha na Igreja; o segundo fala de uma gafe cometida por um enxerido rapaz parnaibano, que acabou causando uma verdadeira algazarra na festa de fundação do Cassino 24 de Janeiro; o terceiro era o do Senador parnaibano, que para demonstrar bom gosto musical em um baile no Rio de Janeiro, naquele momento capital federal, pede a uma moça que toque o piano, dizendo: “ô moça, levante os pano e toque o dedo no bicho...” (BRASIL, 2008[1979], p.267) O último dos quatro casos narra a história de um delegado e das correções gramaticais feitas pelo seu filho em público. Correções estas que de tanto perturbarem o delegado, fizeram com que o mesmo acabasse prendendo o próprio filho. Para exemplificar o caráter taxativo com que *Matias* se referia ao povo, e o caráter cômico com que o autor explora a passagem, vejamos um trecho do primeiro dos quatro contos do esperto negociante:

[...] vocês sabem como essa gente daqui é ignorante, pois quando o padre pedia que repetissem “virgo predicanda”, sabem o que o povo falava? “vi o pé de cana”, e todo mundo caía na risada.

Mas isso não é nada – continuava Matias – quando o vigário dizia “Regina Patriarcarum”, o povo respondia “Regina partiu a cara”. Só vendo o alvoroço do padre querendo enterrar a cara no chão. Ele dizia “Junas Coeli”, e o povo: “já não há céu”, e assim por diante até ele desistir. (BRASIL, 2008[1979], p.266)

Estes quatro últimos contos visavam evidenciar a distância cultural existente entre as pessoas da cidade, e o povo simples do sertão. A ignorância do povo era motivo para risadas, e deixava ainda mais clara a inferioridade do sertanejo em relação ao homem citadino, que gostava de piano, de frequentar o cassino, o cinema, e outras tantas novidades do mundo moderno.

Em seguida, outras duas histórias ainda contadas por *Matias* evidenciam a valentia do homem sertanejo. Nelas, *Matias* mostra como o verdadeiro sertanejo age, quando sua honra é posta a prova. As duas histórias, agora não mais causos, pois ambas foram vivenciadas pelo narrador, falavam de *Inação*, o protagonista do romance. A primeira falava de quando *Inação* matou o famoso *Doca Barroso*, e a segunda de quando fora morto em uma briga com um bando de ciganos.

Vejamos alguns trechos da primeira narrativa que se passa em uma lembrança de *Matias*, contada pelo narrador:

[...] Todos estavam no alpendre da casa, tomando fresca. *Inação* contava casos e *Matias* acompanhava o compadre, quando de repente surgiu na estrada o *Doca Barroso*, homem perverso, que tinha muita morte no lombo.

[...]

Pois o malvado tinha mania de soltar gracejo pra qualquer mulher, sem respeitar marido pai ou filho. [...]

Bem em frente à casa, *Doca Barroso* parou a montaria, olhou para *Inação*, que estava bem ao lado de dona *Candinha*, e perguntou, derreando todo o chapéu para as costas:

- Ainda que mal lhe pergunte, essa tetéia tem dono ou é rapariga do mundo?

Inação pulou a grade do alpendre, gritando:

- Cachorro, tu não respeita uma senhora de família?

Dr. *Gervásio* ainda quis interferir:

- *Inação*, o caso é comigo.

Mas *Doca Barroso* já tinha descido do burro e com um punhal de ponta de dois palmos enfrentava *Inação*, armado de peixeira. A coisa se formou como um relâmpago.

Doca Barroso gargalhava e espumava, e de vez em quando tentava acertar alguns golpes.

Inação estava com raiva, vermelhão, mas tranquilo. E foi assim que esperou até *Doca Barroso*, cego por ver logo sangue, se aproximar em demasia. Aí *Inação* trocou a peixeira de mão, deu um berro de porco-domato, e alcançou *Doca Barroso* bem na barriga. Quando o homem se

abaixou para segurar os intestinos, Inação deu o golpe de misericórdia, cortando a carótida do malvado. (BRASIL, 2008[1979], p.270-271)

Vemos aí, o esboço do homem sertanejo. *Inação*, quando vê a honra de sua comadre ameaçada, não pensa duas vezes. Avança no ‘cabra sem vergonha’, e o mata com um certo golpe de peixeira. A valentia e a hombridade são apontadas pelo narrador, como sendo as duas mais marcantes características do nosso protagonista. Não só quando vê sua honra ameaçada, a hombridade do sertanejo é percebida no romance. *O Cavalo Cobridor* é o próprio *Inação*, que faz de sua virilidade uma marca. *Zita, Josefa, Sulima...* todas se renderam ao seu salto.

Em dois casos seguintes, um contado por *Dona Consuelo* (mãe de *Josefa*, a amante de *Inação*) e outro contado pelo próprio *Matias*, estão presentes elementos que caracterizam a posição da mulher sertaneja naquela sociedade. O primeiro narra a história de duas irmãs excessivamente controladas pelo pai, um coronel de muitas posses. Num certo dia, narra *Dona Consuelo*, um boiadeiro pagou propina a um preto velho que vigiava a porteira da fazenda, para que ele perguntasse à filha mais nova do coronel, se não queria fugir com ele. Obtendo resposta afirmativa, ele foge, mas num rápido descuido vê sua sinhazinha sendo atacada por uma enorme onça. A moça morre, mas o valente boiadeiro, apesar de muito ferido, consegue matar aquela tremenda fera. Ao retornar para a casa do pai da moça, o valente boiadeiro é cercado pelos ‘cabras’ do coronel que, surpreendentemente, ao saber que o boiadeiro tinha arriscado sua vida para vingar a vida de sua filha, esquece do fato de que, se não fosse a ousadia de tentar fugir com ela, nada daquilo teria acontecido, e, em recompensa, dá ao boiadeiro sua outra filha como prêmio.

No segundo caso, *Matias* narra a história de um conhecido seu da cidade de Piracuruca, que era casado “com a primeira mulher que Piracuruca viu de chapéu” (BRASIL, 2008[1979], p.303), conhecida pela forma arrogante com que tratava os outros. Certo dia, *Seu Chico Pereira*, pai de grande família em Piracuruca, precisou comprar um café cujo tipo só existia na mercearia onde a referida senhora trabalhava. Ao chegar à mercearia, *Seu Chico* pede o café, e a senhora, sem nem mesmo olhar no rosto do senhor, entra e pega um pacote. *Seu Chico* ao perceber que a senhora tinha pegado um pacote errado, diz: “Madama, com licença da má palavra, eu quero café é em grão” (BRASIL, 2008[1979], p.303). Pronto. A confusão estava feita. A mulher partiu para cima de *Seu Chico* ‘com cinco pedras na mão’ dizendo que aquilo não era jeito de pedir mercadoria a uma mulher casada, e que ele teria feito aquilo de propósito, para usar aquela palavra indecente. E por causa dessa bobagem, o

episódio acabou em briga armada. Depois disso, *Seu Chico Pereira* nunca mais cruzou com o esposo da senhora de chapéu.

Os dois causos citados são usados para enfatizar o papel submisso da mulher, que é punida quando desobedece às ordens de um homem (causo contado por *Dona Consuelo*) e para retratar a mulher como um ser que não merecia credibilidade ou confiança (causo contado por *Matias*). Arelada a essa duas representações as memórias de *Zita* (mulher de *Inação*), bem como a própria caracterização psicológica da personagem na obra, complementam o perfil da mulher sertaneja.

Zita é a vítima das vítimas do romance. Viúva, magra e maltratada pelo marido, que só procurava afago nos braços de outras mulheres, *Zita* teria perdido o gosto pelos prazeres carnavais quando seu primeiro e único filho com *Inação* morreu. O exemplo de *Zita*, que era tida por muitos como louca, ratifica o papel forjado pelos causos já contados. *Zita* era o exemplo da submissão. Passava fome durante as viagens do marido, era tratada com frieza pelo mesmo, mas mesmo apesar de tanta miséria, se preocupava em levar comida aos vizinhos, quando os ricos patrões chegavam da Parnaíba. Era o modelo de mulher sertaneja: submissa, companheira, batalhadora e bondosa.

Ao fim do livro, durante o velório de *Inação*, *Matias* e um vizinho da Frecheira da Lama, contam quatro causos engraçados sobre mortes. Todos revelam a presença forte de credences populares, por vezes até sobrepondo o pensar religioso institucionalizado. Estas histórias indicam certa familiaridade com a morte e, ao mesmo tempo, uma preocupação constante com o além vida. É como se a vida daquele sertão, que não precisava ser seco para ser miserável, fizesse com que os sujeitos tivessem na morte a única e mais angustiadamente esperada das certezas. São mortos que se levantam do caixão, outros que se levantam e depois morrem. Causos que povoam o imaginário sertanejo e que caminham pelas veredas que existem entre a religiosidade popular, e a tradição oral.

A análise do contexto esboçado por Assis Brasil em *O Salto do Cavalo Cobridor*, bem como dos causos e das histórias exemplares, como as de *Zita*, deixam transparecer o Piauí miserável que o autor objetivava denunciar. Um Piauí que era marcado pelo poder exercido pela igreja sobre o povo, que crente, obedecia a tudo o que era imposto; Um Piauí marcado pela desigualdade econômica e social existentes entre o sertanejo e o citadino; Um Piauí onde a valentia e a honra eram valores necessários para se enfrentar a vida; Um Piauí marcado pela liberdade do homem em contraponto à anulação da mulher, e pela aceitação da morte como caminho natural, cercado de mistérios e rituais próprios.

Embora Assis Brasil enfatize elementos que em outras análises⁵¹ são entendidas como valorizadoras da cultura sertaneja, como a virilidade e a honra, as imagens que predominam em seu texto e que constituem a maioria dos cenários são as da miséria humana que ele objetiva denunciar. A figura de Inação, pobre, apegado aos seus patrões quase que como um escravo, ao ponto de ariscar sua própria vida em uma briga; a figura de Zita, pobre, faminta, submissa, leal a seu marido até a hora da morte (quando a mesma atea fogo ao corpo do marido); e o povo ignorante, que não consegue sequer repetir o que o padre ordena na missa, são os elementos predominantes na obra. Assis Brasil, assim como Abdias Neves, (re) produz um Piauí que não é nada atraente. Um Piauí a quem poucos querem pertencer.

4.3 Outras Histórias, o mesmo Piauí

Como já foi dito, além da escrita de autores como Assis Brasil e Abdias Neves, vários outros escritores atuaram na construção de imagens do Piauí e da piauiensidade. Imagens estas que foram responsáveis, ao longo do tempo, pela caracterização do Estado como sendo o espaço da miséria, e conseqüentemente, fazendo com que essa tal piauiensidade, quando consumida, aparecesse carregada de uma certa baixa-estima.

Para complementar este quadro de obras poderíamos citar trabalhos como o de Fontes Ibiapina, em *Vida Gemida em Sambambaia*, *Os Sertões* de Renato Castelo Branco, ou mesmo *Maria, velei-me* de Wellington Dias. Todas essas obras, aliadas claramente a outros fluxos discursivos, foram responsáveis pela criação de representações da cultura piauiense que acabaram fazendo com que os sujeitos ao invés de se aproximarem desta piauiensidade, acabassem se afastando. Como se o piauiense tivesse receio de o ser. Como se este gentílico fosse carregado de um simbolismo negativo que acaba sendo sinônimo de atraso, pobreza, ignorância... Enfim, como se dentro de cada 'ser' piauiense tivesse um pouco da Júlia de *Um Manicaca*, da Zita de *O salto do Cavalo Cobridor*, ou do sofrido Alonso de *Vida Gemida em Sambambaia*.

Na década de 1960, uma crônica do Jornal *O Dia* reproduzia trechos da coluna de Nelson Rodrigues no jornal *O Globo*, onde o autor evidenciava 'o silêncio ensurdecedor' que emanava do Piauí. A crônica em questão exemplificava, já naquele momento, o isolamento

⁵¹ Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em *Nordestino: uma invenção do falo*, coloca a virilidade e a coragem como elementos que, longe de afastarem os sujeitos da 'nordestinidade', os aproximam.

aparente que o Estado mantinha do resto da Nação e o escancarado desleixo com que os piauienses tratavam a questão.

Vamos aos fatos. Ontem, fui apresentado a um rapaz magro, tímido, o rosto cravejado de espinhas. Que ele fosse magro, ou tímido, não teria importância. [...] eu me espantei das espinhas que floriam no rosto do tal rapaz. Súbito, alguém sussurra: - “é do Piauí”.

O fato de ser do Piauí soou como uma explicação geográfica da timidez, das espinhas e das canelas (canelas de Olívia Palito). Olhei o apresentado com uma curiosidade nova e aguda. Enfim, eu encontrava, na vida real, um piauiense. Por um momento, deu-me uma vontade pueril e terrível de perguntar-lhe: - “Quer dizer que o Piauí existe mesmo?” Conversamos alguns minutos (eu estava magnetizado pelas espinhas). Até o fim, o rapaz teve um olhar súplice, infeliz, de quem pede desculpas de não sei que faltas imaginárias. Por fim, despediu-se. Sua humildade era irrespirável.

[...]

Mas e o Piauí? Nem uma palavra sobre o Piauí. Silêncio ensurdecedor. Eu próprio passo dez anos, quinze anos, sem pensar no Piauí, e sem ouvir-lhe o nome. Alguém poderia dizer como se falasse da Lua: - “Piauí não tem vida”. Graças às radiofotos fazemos uma idéia da paisagem lunar. Parece que lá em cima não há uma única e escassa lagartixa. Mas que noção temos nós da paisagem do Piauí? Quero crer que estejamos rigorosamente convencidos de sua inexistência. O silêncio que se faz sobre o Piauí é inédito. A única referência que temos de seu povo e de sua terra, é o “meu boi morreu”. E o próprio Estado, com um fatalismo bovino, não pede verbas, não pede nada, não exala um protesto.

E o que mata é, justamente, a humildade. Dirão vocês que o Piauí tem a modéstia do pequeno, sim, a modéstia do poder. [...] acho que devemos deixar a modéstia, a humildade, para os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, Itália, Japão. Nós precisamos de mania de grandeza, e repito: - a mania de grandeza é o nosso único luxo de subdesenvolvido.⁵²

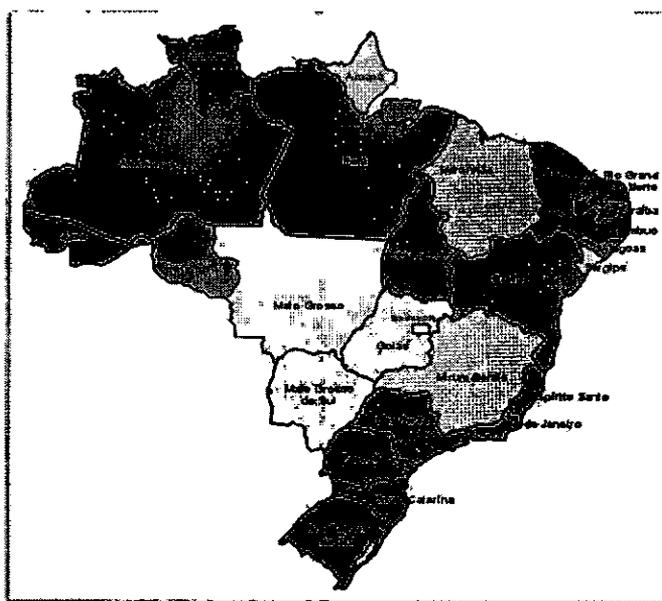
Nelson Rodrigues, Pernambucano, percebia que em sua terra aquilo que acontecia com o Piauí não acontecia. O Piauí não tinha, em sua opinião, o Freyre de quem dispunha Pernambuco. Em outras palavras, se o Piauí não tinha a visibilidade que merecia, era por que não tinha filhos que legassem a ele o merecido respeito. É interessante perceber como ele, já naquele momento, tinha a noção de que se o Piauí não existia, era por que não tinha sido dito. O que era até certo ponto, uma falsa colocação. Como já foi apontado anteriormente, tanto a produção historiográfica do século XIX quanto a produção literária piauienses do século XX, já haviam cuidado em produzir uma face para o Piauí. Para a sorte do povo piauiense, Nelson Rodrigues possivelmente não conhecia o Piauí apontado por Abdias Neves, ou por Assis Brasil. Talvez se conhecesse, tivesse certeza realmente de que o Piauí é um ‘pedaço da Lua na Terra’. Na verdade, o que mais incomoda a Nelson, visivelmente, não é tanto a “não

⁵² NELSON RODRIGUES e o Piauí. *O Dia*, Teresina, nº 2.683, p.8,22 de mar. 1969

existência do Piauí”, mas a aceitação covarde desta “verdade” por parte dos piauienses. Como o trecho destacado demonstra, o que Nelson Rodrigues criticava na verdade era esse posicionamento excessivamente humilde e submisso, que fazia com que o piauiense aceitasse a sua condição de inferioridade e seu esquecimento como sendo fatalidades.

Para indicar outro esquecimento célebre, onde mais uma vez ficou evidente a falta de representatividade do Piauí para com o Brasil, vejamos uma imagem publicada em um livro didático do ano de 1996, onde o Piauí sequer aparece:

Figura 1 – Mapa do Brasil sem o Piauí



Fonte: www.google.com.br

A imagem acima representa o mapa político do Brasil, editado para um livro de 6ª série. O destaque na imagem é o não aparecimento do Piauí. Tanto a imagem acima como o texto de Nelson Rodrigues, embora estejam posicionados em temporalidades diferentes, são exemplares no sentido de representarem o esquecimento pelo qual o Piauí vem passando ao longo do tempo. Nesse sentido, o que propomos aqui é que os grandes colaboradores (posto que não foram os únicos) não só pelo esquecimento do Piauí, mas pelo aparente afastamento existente entre os sujeitos que habitam o Estado e a piauiensidade, são exatamente discursos como os de Assis Brasil e de Abdias Neves, que entrelaçados por outros fluxos, por outras correntes de enunciação, acabaram constituindo uma identidade para o Piauí, que paradoxalmente, ao invés de aproximar, dispersa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a produção literária piauiense do século XX, encontramos uma resposta, mesmo que momentânea, para a inquietante pergunta que fizemos no início deste trabalho. No segundo capítulo do texto, expusemos as formas primeiras através das quais se começou a forjar uma identidade piauiense. Vimos que a partir da influência de uma escrita histórica proposta pelo IHGB, vários trabalhos apareceram tentando inserir o Piauí na História Nacional. Vimos também que, com a Proclamação da República, intelectuais e historiadores piauienses passaram a produzir uma história que visava elucidar e justificar o atraso e as mazelas do Estado na pouca atenção que a Nação dava a ele, e que a partir do início do século XX começaram a tomar corpo representações do Estado do Piauí, que acabaram operacionalizando o afastamento denunciado na apresentação desta pesquisa.

Neste sentido, os objetivos deste trabalho foram alcançados. Embora entre o fim do século XIX, e o início do século XX tenha se produzido no Piauí, através da historiografia local, imagens belas e pomposas do Estado, a produção literária piauiense do século XX operou sua função dessacralizadora, sobrepondo àquelas imagens, as representações da miséria e da fome tão cristalizadas até hoje. Em outras palavras, o mal-estar que atualmente circunda o ser piauiense, esse medo aparente de pertencer a essa cultura, esse demasiado desinteresse pelo que é genuinamente nosso e a consequente ausência de uma noção sólida de pertencimento, são resultado do acúmulo de discursos que ao longo do tempo foram cada vez mais afastando os “piauienses” da Piauiensidade.

Nesse sentido, concluímos que, se o piauiense hoje é alvo de tantas imagens depreciativas; se o povo não tem interesse pelas questões culturais do estado; se o Estado hoje se encontra isolado e até certo ponto esquecido pelo resto da nação, e; se o governo, de forma escancarada, tenta reverter este quadro através de campanhas ufanistas, é por que uma densa camada de discursos atrelou à piauiensidade valores como a miséria e a ignorância, que fizeram com que os sujeitos resistissem à piauiensidade. Como se ser piauiense fosse sinônimo de ser miserável ou ignorante.

Mais uma vez, é importante frisar, o fato de que, aqui, não colocamos as escritas histórica e literária como os instrumentos que monopolizaram a construção de sentidos sobre o ‘ser piauiense’. Essas duas manifestações são apenas dois dos mais representativos veículos através dos quais essa piauiensidade, carregada de baixa estima, de inferioridade, foi sendo forjada. Além disso, não se pode perder de vista, que essa invenção não se deu por encerrada.

O discurso político atual, as produções artísticas e culturais, todos eles são encarregados da construção dessa piauiensidade. Construção essa que não pode ser temporalmente localizada. A piauiensidade só tem um começo. O seu fim é intangível. E assim como a piauiensidade, esperamos que esta pesquisa não se encerre aqui. Esperamos que ela continue pelas mãos de outros pesquisadores, que indignados com a estereotipia tradicional que tenta colocar o Piauí como o *locus* do atraso, da miséria e da ignorância, despertem dentro de si o arqueogenealogista que muitas vezes é ninado pelo comodismo e pelas naturalizações cotidianas. Esperamos que, apesar das suas limitações, este trabalho sirva de inspiração e referência para muitos outros e que, com esta discussão, estejamos contribuindo para a emergência de uma nova forma de ver e de dizer o Piauí.

REFERÊNCIAS E FONTES

FONTES

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.20(1): 5 - 164. Jan - Mar de 1857.

BRASIL, Assis. *Tetralogia piauiense*. Teresina: FUNDAPI, 2008[1979].

BARBOSA, Januario da Cunha. *Discurso recitado no acto de estatuir-se o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, pelo Secretário Perpétuo e Cônego Januario da Cunha Barbosa*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.1(1): 9 - 19. Fev-mar de 1939.

_____. *Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico, para remetterem à sociedade central do Rio de Janeiro*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.1(2): 109 - 110. Abr - Jun de 1939.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. *Ataliba o vaqueiro: Hermione e Abelardo, a mulher de ouro*. Teresina: Convênio APL/UFPI. 1993.

CASTELO BRANCO, Hermínio. *Lira Sertaneja*. Teresina: APL: Projeto Petrônio Portela, FUNDEC, 1972.

CASTELO BRANCO, Miguel de Souza Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis, que ocuparam cargos de importância na província do Piauí*. 1ª. Série. Tipografia da Imprensa, Teresina, 1879.

DIAS, Wellington. *Maria, valei-me*. In: *Macambira*. Teresina: Zodíac, 1995.

FREITAS, Clodoaldo. *História do Piauí: sinopse*. In: Almanaque piauiense, 3º Ano, 1905. Diretores: Miguel Rosa, João Pinheiro e Abdias Neves. São Luis: Tip. Teix, 1904.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses - apontamentos biográficos*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

IBIAPINA, João Nonon de Moura Fontes. *Vida gemida em Sambambaia*. Teresina: Corisco, 1998.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro t.6 (24): 389 - 411. Janeiro de 1844.

NELSON RODRIGUES e o Piauí. *O Dia*, Teresina, nº 2.683, p.8,22 de mar. 1969

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 3ª Ed. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

_____. *Um Manicaca*. 3ª Ed. Teresina: Corisco, 2000[1909].

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1839.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1844.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1857.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1863.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres: Verso, 1983.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e Outras artes*. 3ª Ed. Recife: Edições Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005

BERND, Zilé. *Literatura e Identidade Nacional*. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BONNEMAISON, Joel. *La Géographie Culturelle*. Paris: Éditions du C.T.H.S, 2000.

BONNEMAISON, Joel. *Viagem em Torno do Território*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Geografia Cultural: um século* (3). Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BOSSÉ, Mathias Le. *As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas*. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

BRANDÃO, Wilson. *Historiografia piauiense*. In ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.

CARR, E. H. *Que é história?* 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. *Todos os dias de Paupéria: Torquato neto e a invenção da Tropicália*. São Paulo: Annablume, 2005.

COSTA FILHO, Alcebiades. *A Gestão de Crispim: um estudo sobre a construção histórica da piauiensidade*. Tese de Doutorado em História Social defendida junto ao Instituto de Ciências Humanas da UFF. 2010: 194f.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro. Ed. Ouro, s.d.p.

DEATRY, Giovanna Ferreira. *Memória e esquecimento como formas de construção do imaginário da nação*. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2002.

FOGGETTI, Maria Janaina. *Fado e Morte na Tetralogia Piauiense*. Uma Estética da Miséria Humana. Dissertação de Mestrado defendida junto à Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *A História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Arqueologia do saber*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

_____. *Vigiar e Punir*. 29ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

GELLNER, E. *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell, 1983.

GLISSANT, Édouard. *Traité du Tout Monde* (Poétique IV). Paris: Gallimard, 1997.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*. Dossiê caminhos da historiografia. Rio de Janeiro, v. 1, p. 5-27, 1988.

HALBWACHS, Maurice. *Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006[1950].

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005a.

_____. *Quem Precisa de Identidade?*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005b.

HAESBAERT, Rogério. (1997). *Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.

_____. *Identidades Territoriais*. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

_____. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre: UFRGS (no prelo), 2004a.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004b.

_____. (2007). *Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial*. In: _____ & ARAÚJO, Frederico Guilherme de. *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de Doutorado. Campinas-SP: Unicamp, 2004.

LEFEBVRE, Henry. *La Production de l'espace*. Paris: Anthropos, 2000[1984].

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003.

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Revista do IHGB, 1863, t. 26, p 121-143.

MORAIS, M.J. *Acreanidade: invenção e re-invenção da Identidade Acreana*. Rio de Janeiro UFF: 2008. 

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. São Paulo: Projeto História, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra á Vista: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas: UNICAMP, 2008[1990].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Coleção História e... Reflexões 2ªEd. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

 POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.5, nº 10, 1992.

RENAN, Ernest. *O que é uma nação?* Tradução Glaydson José da Silva, Documentos, Revista Aulas, Portal Unicamp, v.1. Unicamp, 2002.

RICOEUR, Paul. *Temps et récit*. Paris: Seuil, 1985.

SILVA, Raimunda Celestina Mendes da. *A representação da seca na narrativa piauiense: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Caetés, 2005.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as Narrativas da Piauiensidade*. Teresina: 2010. 470p

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault Revoluciona a História. Brasília: Editora da UnB, 1982.

SITES 

<http://assisbrasil.org/almeida.html>

<http://www.cedeg.com.br>

<http://www.facebook.com.br>